

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - HABILITAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

YURY MACHADO DE MOURA

O TRIUNFO DO *OUTSIDER*: LEITURA DE CONJUNTURA E FATORES
EXPLICATIVOS DA VITÓRIA ELEITORAL DE JAIR BOLSONARO EM 2018

GOIÂNIA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - HABILITAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

O TRIUNFO DO *OUTSIDER*: LEITURA DE CONJUNTURA E FATORES
EXPLICATIVOS DA VITÓRIA ELEITORAL DE JAIR BOLSONARO EM 2018

YURY MACHADO DE MOURA

Monografia apresentada como
pré-requisito para a aprovação na
disciplina Trabalho Final de Curso 2, da
Faculdade de Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Robert Bonifácio

GOIÂNIA

2019

RESUMO

Com base na leitura da conjuntura política e na análise teórica sobre o comportamento político no Brasil, foram identificados cinco fatores com potencial explicativo para o voto em Bolsonaro na eleição presidencial de 2018: a avaliação da economia, o antipetismo, o voto dos evangélicos, a percepção sobre a corrupção e o não apoio à democracia. Para tanto, realizou-se uma análise dos dados obtidos através do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro). Os resultados encontrados apontam para uma forte polarização político-ideológica, com altas chances de votar em Bolsonaro entre direitistas e forte rejeição entre os esquerdistas. Os evangélicos e os apoiadores da Operação Lava-Jato possuíram significativamente mais chances de votar no candidato. No entanto, foram os indivíduos com apreço por ditaduras que possuíram as maiores chances de voto em Bolsonaro.

Palavras-chaves: eleição presidencial; comportamento eleitoral; Bolsonaro; Estudo Eleitoral Brasileiro

ABSTRACT

Based on the reading of the political conjuncture and the theoretical analysis of political behavior in Brazil, five factors with explanatory potential for the Bolsonaro vote in the 2018 presidential election were identified: the evaluation of the economy, antipetism, the vote of the evangelicals, the perception of corruption and non-support for democracy. The data was obtained through the ESEB (Brazilian Electoral Study). The results pointed to a strong political-ideological polarization, with high chances of voting for Bolsonaro among rightists and strong rejection among leftists. Evangelicals and supporters of Operation Car Wash were significantly more likely to vote for the candidate. However, it was the individuals with appreciation for dictatorships who had the highest chances of voting in Bolsonaro.

Keywords: presidential election; electoral behavior; Bolsonaro; Brazilian Electoral Study

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. TRAJETÓRIA POLÍTICA E LEITURA DE CONJUNTURA DA CAMPANHA ELEITORAL À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE JAIR BOLSONARO	2
1.1. TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	2
1.2. POLÊMICAS NA DEFESA DO AUTORITARISMO	5
1.3. PLATAFORMA POLÍTICA NA DISPUTA PRESIDENCIAL.....	7
1.3.1. LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO.....	7
1.3.2. LIBERALISMO ECONÔMICO.....	8
1.3.3. PROXIMIDADE COM O CRISTIANISMO E O PROTESTANTISMO.....	10
1.3.4. ANTIPETISMO.....	11
1.3.5. CANDIDATURA E DESEMPENHO ELEITORAL.....	14
2. FATORES EXPLICATIVOS DO VOTO EM BOLSONARO: DISCUSSÃO TEÓRICA E HIPÓTESES	19
2.1. ECONOMIA	19
2.2. ANTIPETISMO.....	24
2.3. CORRUPÇÃO.....	30
2.4. RELIGIÃO.....	35
2.5. AUTORITARISMO	39
3. DADOS E TÉCNICAS	43
4. O TRIUNFO DO OUTSIDER: ANÁLISE DOS DADOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICE A - REDAÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS NO QUESTIONÁRIO DO ESEB.....	53
APÊNDICE B - TABELA 3.....	57
APÊNDICE C - SINTAXE DA REGRESSÃO LOGÍSTICA.....	59

INTRODUÇÃO

O resultado da eleição para a Presidência da República de 2018 no Brasil representa uma mudança de rota na política nacional, visto que deu-se uma ruptura na hegemonia eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que venceram 6 (seis) eleições consecutivas para o cargo. Nesse cenário, torna-se importante investigar quais foram os fatores associados à vitória eleitoral de Jair Bolsonaro (PSL), aqui considerado um *outsider* por ter rompido a hegemonia eleitoral acima, embora seja ator político relevante na área política há cerca de três décadas.

Tal investigação científica é de suma importância para o campo das ciências sociais e das políticas públicas. Em primeiro lugar, o fenômeno pesquisado se insere num campo de estudos específico da ciência política, o comportamento político. Em segundo lugar, decisões sobre o cargo de presidente da república tem repercussão na gestão pública, uma vez que o chefe do Poder Executivo tem competência para criar, reformular e eliminar políticas públicas.

Pesquisas sobre decisão eleitoral já possuem certo grau de maturação na ciência política brasileira, aliando discussões teóricas e abordagem empírica, em especial, com a utilização de dados de *surveys* ou pesquisas de opinião. (AMES e JUNIOR, 2014; BOHN, 2014; BORGES E VIDIGAL, 2018; BONIFÁCIO, CASALECCHI; DE DEUS, 2014; CARREIRÃO, 2000; COUTO, 2014; PEREIRA, 2014;). O que se pretende aqui é fazer uso do conhecimento acumulado, a fim de se analisar um fenômeno recente e ainda pouco explorado. Assim, considera-se que se incorpora uma contribuição substantiva na literatura da área.

Nesta pesquisa, parte-se de uma descrição da trajetória política e da leitura conjuntura da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, ex deputado federal e candidato eleito na eleição para Presidente da República, que são desenvolvidas no capítulo 1. No capítulo seguinte é feita a discussão teórica de fatores selecionados como relevantes no desenvolvimento descrito acima e construídas as hipóteses. Em “dados e técnicas”, são informados a base de dados e as variáveis e os testes estatísticos empregados, sendo esse capítulo sucedido pelo capítulo de análise dos resultados. Por fim, são feitas as considerações finais.

1. TRAJETÓRIA POLÍTICA E LEITURA DE CONJUNTURA DA CAMPANHA ELEITORAL À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE JAIR BOLSONARO

A recente vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 representa a ascensão surpreendente de um político considerado de “baixo clero”, numa eleição considerada por alguns como disruptiva (MOURA e CORBELLINI, 2019)¹. Antes de se analisar teoricamente e empiricamente o seu desempenho eleitoral, faz-se neste capítulo um panorama de sua trajetória política e uma leitura de conjuntura da campanha eleitoral para a Presidência da República.

1.1. Trajetória política

Capitão reformado do exército desde 1988, Bolsonaro esteve na ativa durante o período ditatorial do Brasil (1964 a 1985). Sua conturbada trajetória pelo serviço militar trouxe a visibilidade necessária para que o então militar pudesse pleitear um cargo político. Uma das polêmicas em que se envolveu foi um protesto contra o valor dos salários dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)². O ato lhe rendeu 15 dias de encarceramento por ter infringido o regulamento disciplinar.

Bolsonaro também obteve visibilidade por protagonizar polêmicas mais graves, como o relato exposto pela revista *Veja*³ no qual ele e seu colega da Escola Superior de

¹ O que Moura e Corbellini (2019) conceituam como “eleição disruptiva” é a ruptura da polarização entre PT e PSDB que marcou as disputas presidenciais durante mais de duas décadas. Eles afirmam que o resultado desse fenômeno foi uma divisão, também polarizada, do eleitorado, entre os apoiadores do ex presidente Lula e os apoiadores do que os autores chamam de “Partido da Lava-Jato”, que é formado pelos candidatos - inclusive Bolsonaro - que se posicionam como uma alternativa velho sistema político, marcado, segundo essa narrativa, pela corrupção, combatida pela operação Lava-Jato.

² O salário está baixo. Acessado em: <https://acervo.veja.abril.com.br/?veja#/edition/33608?page=154§ion=1>
Acesso em: 08/11/2019.

³ Pôr bombas nos quartéis, um plano no Esao. Acessado em:
<https://acervo.veja.abril.com.br/?veja#/edition/33547?page=40§ion=1>. Acesso em 08/11/2019.

Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Fábio Passos, eram tidos como os organizadores de uma plano que ameaçava explodir bombas em unidades militares por conta de divergências com o comando do Exército. O capitão foi intimado a um Conselho de Justificação e posteriormente julgado pelo Superior Tribunal Militar, sendo inocentado meses depois porque a perícia não deu certeza se Bolsonaro tinha elaborado o plano ou não. Seis meses após o julgamento, o militar é aposentado e sua carreira política inicia-se com a eleição para vereador na cidade do Rio de Janeiro em 1989. Foi eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC), com 11.062 votos. Logo em seguida, em 1991, se torna deputado federal, ainda pelo PDC, com 67.041 votos.

Apenas dois anos após o êxito em sua primeira eleição para um cargo federal, em 1993, Bolsonaro muda de sigla, devido à união do PDC com o Partido Democrático Social (PDS), que deu origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Segundo o jornal Estadão⁴, Bolsonaro foi o candidato nas eleições de 2018 que mais trocou de partido, tendo executado 8 mudanças durante sua carreira.

A Tabela 1 informa as passagens de Bolsonaro pelos partidos políticos, desde sua eleição como vereador na cidade do Rio de Janeiro, em 1989, até a disputa pela Presidência da República, em 2018.

Tabela 1 - Mudanças de partido durante a trajetória parlamentar de Bolsonaro

Partido	Sigla	Período
Partido Democrata Cristão	PDC	1989 - 1993
Partido Progressista	PP	1993 - 1993
Partido Progressista Reformador	PPR	1993 - 1995
Partido do Povo Brasileiro	PPB	1995 - 2003
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	2003 - 2005
Partido da Frente Liberal	PFL	2005 - 2005
Partido Progressista	PP	2005 - 2016

⁴ Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,quem-e-jair-bolsonaro-conheca-a-historia-do-novo-presidente-el-eito-do-brasil,70002570442>. Acesso em: 12/11/2019.

Partido Social Cristão	PSC	2016 - 2018
Partido Social Liberal	PSL	2018 até o atual momento.

Fonte: Elaboração própria.

Cabe destacar a relevância do ingresso de Bolsonaro no PSL. Tratava-se de um pequeno partido, com pouca representação da câmara dos deputados federais, possuindo apenas 8 representantes até 2018. Com a filiação de Bolsonaro, seguida de sua performance exitosa na campanha para Presidente, o partido elegeu 52 deputados federais (segunda maior bancada eleita para a Câmara dos Deputados), 4 senadores e 3 governadores.

Ao longo de toda a sua trajetória política, Bolsonaro sempre foi reconhecido por conta das polêmicas que criou ou participou enquanto legislador. Desde o início, a maioria de suas propostas se concentrava em benefícios para militares e na área de segurança pública (MORAES E SENA, 2018). Dos 171 projetos de leis apresentados em toda a carreira de deputado federal, apenas 2 foram aprovados e tornaram-se leis. Um assegura a isenção de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) em produtos de informática e o outro autoriza o uso de fosfoetanolamina sintética - uma substância ainda em fases iniciais de teste - em pacientes em estágios terminais de câncer. Uma proposta de lei que determinava a impressão dos votos das urnas eletrônicas a partir das eleições de 2018 foi aprovada, mas vetada por ter sido considerada inconstitucional. Logo, apesar do razoavelmente alto número de projetos propostos, a baixa aprovação dessas propostas mostra pouca adesão dos demais parlamentares às suas pautas, evidenciando a baixa capacidade de influência política do atual presidente no período em que atuou como parlamentar.

Todavia, quando indagado sobre seu baixo sucesso como legislador em uma entrevista à BBC⁵, Bolsonaro justificou-se dizendo que sua estratégia política prioriza mais a atuação para barrar a aprovação de determinadas propostas do que aprovar as suas. Como exemplos, Bolsonaro votou contra as propostas de reforma da previdência dos ex presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula. A partir de sua participação nas comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Educação, empenhou-se em barrar projetos relacionados aos direitos

⁵ Após 25 anos de Congresso, Bolsonaro consegue aprovar 1ª emenda; "Sou discriminado". Acessado em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150617_salasocial_bolsonaro_primeiraemenda_rs Acesso em: 08/11/2019.

dos homossexuais e das mulheres e em apoiar aqueles que iam em direção contrária, como o projeto de lei intitulado “estatuto da família” (PL 6583/2013), que definia como união familiar apenas o casamento entre homens e mulheres. Tratava-se de uma resposta ao debate então desenvolvido que propunha a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Uma outra atuação veemente de Bolsonaro foi a oposição ao projeto de combate à homofobia, idealizado para professores da rede pública e pejorativamente chamado de “kit gay”. Este foi vetado durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

1.2. Polêmicas na defesa do autoritarismo

Desde o seu primeiro mandato como parlamentar, Bolsonaro obtém visibilidade a partir de declarações polêmicas. Um dos primeiros foi um discurso proferido em junho de 1993, ocasião em que defendeu a volta de um regime de exceção com tempo determinado e o fechamento do poder legislativo (MORAES E SENA, 2018). Apesar de ter recebido muitas críticas negativas, em especial do então presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, na eleição seguinte, em 1994, reelegeu-se com 111.927 votos.

Esse aspecto tem sido realçado ainda mais a partir da massificação das redes sociais na rede mundial de computadores (internet). Nelas, Bolsonaro explicita o seu apreço pelo autoritarismo da experiência histórica da ditadura militar no Brasil. Um dentre vários exemplos foram as declarações dadas no programa “Câmara Aberta”, da TV Bandeirantes, em 1999⁶. Nesse programa, ele defende o fechamento do Congresso Nacional e opina que a ditadura militar deveria ter fuzilado cerca de 30 mil corruptos, começando pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que foi exilado político durante o período ditatorial.

Mais recentemente, em 2016, durante a sessão de votação para o impedimento da então Presidente Dilma Rousseff, dois anos antes de sua candidatura para presidente, Bolsonaro homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em seu voto, sendo este o

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=211Q84pnuwo>. Acesso em: 12/11/2019.

primeiro militar reconhecido como torturador pela Justiça Brasileira durante o período de ditadura militar⁷.

Essas e outras pautas também são discutidas pelo presidente através de redes sociais, em particular o *Twitter*, onde possui mais de 5,36 milhões de seguidores⁸. Mudando apenas de plataforma, a atitude de Bolsonaro nas redes sociais é bem parecida com que a sempre adotou nas mídias tradicionais desde o início de sua carreira, com a diferença que não é mais necessário ter uma oportunidade de aparecer em um jornal ou revista e esperar as eleições para ter resultados de suas ações controversas: agora é possível proferir qualquer discurso desejado e receber um *feedback* em tempo real do público. Tal forma de se relacionar com o eleitorado vem se tornando cada vez mais comum, por conta do avanço da tecnologia, em especial a internet, que possibilita um grande fluxo de informação e de interações entre pessoas, inclusive, entre os políticos e os cidadãos (TROTIER e FUCHS, 2015). Campanhas presidenciais como a de Donald Trump, nos Estados Unidos, tiveram foco na divulgação de informações e em discussões em redes sociais, como o *Twitter*. Esta mudança possibilitou que candidatos que não conseguiriam ter campanhas com grande visibilidade para o eleitorado, por possuírem pouco tempo de aparição em propagandas gratuitas de rádio e televisão, pudessem ter capilaridade perante o eleitorado a partir de suas exposições em redes sociais. Esse foi o caso de Bolsonaro, candidato por um pequeno partido à Presidência da República, o PSL, que lhe garantia somente 8 segundos de aparição em propaganda eleitoral na televisão.

Exemplos dessa relação de Bolsonaro com as redes sociais são vastos. No dia 26 de outubro, dois dias antes da disputa do segundo turno, em resposta sobre acusações no *Twitter* de usuários que declararam que o então presidente representava uma ameaça à democracia por conta de comentários saudosos em relação a ditadura militar, estando entre os mais famosos sua fala no programa de rádio da emissora Jovem Pan⁹, em que diz que “o erro da ditadura foi ter torturado e não matado”, em julho de 2016, ele declarou que representa “[...] uma ameaça sim, aos corruptos, à bandidagem, aos estupradores, aos esquemas que assaltam o BNDES, aos assassinos e aos que querem destruir o Brasil! Por isso estão desesperados! Não terão sossego em meu governo! ”.

⁷ Acessado em:

<https://veja.abril.com.br/brasil/justica-mantem-decisao-que-reconhece-coronel-ustra-como-torturador/>. Acesso em: 12/11/2019.

⁸ Última verificação em 04/11/2019.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TqJDj-X5UOA>. Acesso em: 12/11/2019.

Esse apreço pelo período ditatorial, apesar de não ser a única bandeiras erguidas pelo presidente desde muito antes da campanha eleitoral, continua sendo uma de suas principais no ambiente da internet, da mesma forma como foi nos veículos midiáticos tradicionais. Em suas redes sociais, no dia 31 de março de 2016, aniversário de 52 ano da ditadura, ele postou um vídeo no qual dizia que “[...]devemos sim, comemorar essa data. Afinal de contas, foi um novo 7 de setembro”. O ex deputado chegou a dizer também no programa Roda Viva da TV Cultura, bem como em outras oportunidades, que não houve golpe militar em 1964, de modo que, em sua narrativa, a repressão do período militar foi apenas uma respostas aos desafios políticos da época impostos pela corrupção e pelo avanço de uma esquerda comunista, bem como uma solução eficaz para a segurança pública.

1.3. Plataforma política na disputa presidencial

1.3.1. Luta contra a corrupção

Em sua plataforma eleitoral na campanha para a Presidência da República em 2018, Bolsonaro se posicionou - assim como vários candidatos durante o período eleitoral - como *outsider* do atual *establishment* político brasileiro, classificando-o como oneroso, repleto de privilégios para políticos e, principalmente, suscetível a abundantes esquemas de corrupção. Tal pauta ganhou cada vez mais espaço no debate público à medida em que aumentaram as divulgações dos escândalos de corrupção por conta da atuação da força-tarefa da Lava Jato, que teve como consequência a realização de diversas prisões, dentre elas a do ex presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, que por conta da Lei da Ficha Limpa não pode se candidatar novamente à presidência. Esse cenário colaborou para que combate a corrupção ganhasse grande importância no debate político e se tornasse uns dos temas favoritos dos candidatos políticos nas eleições de 2018, não sendo diferente para Bolsonaro.

Em seu plano de governo, intitulado “Projeto Fênix”, o presidente mantém não só a mesma postura frente ao tema, como também a mesma linguagem usada nas redes sociais, dizendo que terá “tolerância zero com o crime, a corrupção e com os privilégios” (BOLSONARO, 2018, p. 10) logo na apresentação do plano. Na sessão de “Desafios Urgentes”, a “corrupção generalizada” aparece juntamente com as “ameaças às instituições que a estão combatendo” (BOLSONARO, 2018, p. 12). A importância dada ao combate à corrupção no discurso do candidato, porém, recebe maior ênfase no capítulo “Segurança e Combate à Corrupção”, de modo que o plano faz as seguintes propostas:

- 1) Transparência e combate à corrupção como metas inegociáveis.
- 2) Apoio às “Dez Medidas Contra a Corrupção”, proposta pelo Ministério Público Federal, e seu encaminhamento para o Congresso Nacional.

1.3.2. Liberalismo econômico

À época da campanha eleitoral, predominava entre os brasileiros a percepção de crise econômica, cenário que se mostrava contundente a partir das estatísticas oficiais. Como exemplo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desempregados foi de 12,2% em 2018. No início da campanha, Bolsonaro foi cobrado por não se mostrar contundente e tampouco conhecedor de fundamentos econômicos básicos, assim como do diagnóstico do cenário econômico corrente. Em uma entrevista concedida em julho de 2018 ao Jornal O Globo, Bolsonaro afirmou categoricamente: “não entendo mesmo de economia”¹⁰.

O cenário desfavorável à candidatura Bolsonaro no quesito economia muda com a adesão do economista Paulo Roberto Nunes Guedes. PhD em ciências econômicas pela Universidade de Chicago, Estados Unidos da América, ele se classificou, em entrevista ao jornal El País, como “intelectualmente, um liberal” que vê no político liberal alguém que “delega ao governo muitos poucos poderes”¹¹. Em suas entrevistas nos diversos meios de

¹⁰ Acessado em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/exclusivo-nao-entendo-mesmo-de-economia-afirma-jair-bolsonaro-22908268>. Acesso em: 12/11/2019.

¹¹ Paulo Guedes: “Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html. Acesso em 15/11/2019.

comunicação social, encontra-se, no âmbito da economia, os seguintes posicionamentos: defesa da privatização de empresas estatais, como a Petrobras; terceirização de serviços públicos; cortes nos gastos do Estado; e reformas, tanto na previdência, quanto nas atuais leis trabalhistas (CLT).

Na mesma entrevista, o economista argumenta que “Bolsonaro está representando uma classe média esquecida e abandonada, agredida em seus princípios e valores, e que quer ordem. A esquerda se perdeu no andar de cima com a corrupção, com todos setores da economia cartelizados, e um assistencialismo lá embaixo para as classes mais pobres”. Já quando indagado sobre o posicionamento liberal ou não de Bolsonaro, Guedes afirma que “o que Bolsonaro está propondo é uma aliança política de centro-direita em torno de um programa liberal na economia e conservador de costume”¹².

Essa aliança, que até o momento da entrevista citada acima ainda não estava totalmente consolidada, se efetuiu de modo que as propostas e visões apresentadas por Guedes não só estão fortemente presentes no plano de governo de Bolsonaro, mas o estruturam por completo. Logo nas primeiras páginas do plano, há uma seção intitulada “Liberalismo Econômico”, que diz que “as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego e prosperidade”, e continua logo a abaixo: “O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidade”.

O plano de governo possui um capítulo específico para o tema, chamado de “Economia e Infraestrutura”. A seguinte declaração aborda os problemas do desemprego e da pobreza: “Nossa prioridade é gerar crescimento, oportunidades emprego, retirando enormes contingentes da população da situação precária na qual se encontram” (BOLSONARO, 2018, p. 51). Em seguida, é colocado em destaque a administração pública e os privilégios políticos, chamando a atenção para a necessidade de medidas de controle de gastos. A justificativa disso seria que “houve uma multiplicação de cargos, benefícios e transferências sem comparação em nossa história. Como resultado, vemos um setor público lento, aparelhado, ineficiente e repleto de desperdícios” (BOLSONARO, 2018, p. 54).

A dívida pública é outro problema econômico tratado por Bolsonaro em seus discursos e que é tratado em seu plano de governo. Nele, a principal forma de lidar com esse problema

¹² Paulo Guedes: “Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html. Acesso em 15/11/2019.

seria “por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro a população brasileira” (BOLSONARO, 2018, p. 56). Essa abordagem está em consonância com o posicionamento de Guedes, que já afirmou ter interesse em privatizar todas as estatais que puder¹³, algo que é manifestado no programa, ao ser afirmado que “algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas” (BOLSONARO, 2018, p. 56).

1.3.3. Proximidade com o cristianismo e o protestantismo

Para além da agenda econômica e do combate à corrupção, Bolsonaro também promove discursos que pregam a preservação da família e dos costumes cristãos. Tal característica é ilustrada pelo *slogan* oficial de sua campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Em uma fala na Paraíba, antes de sua candidatura oficial, Bolsonaro diz: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias”¹⁴.

Em seu plano de governo o presidente traz na capa um versículo da bíblia, João 8:32, “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Logo em seguida, em um capítulo chamado “Valores e Compromisso”, Bolsonaro faz menção à preservação da família em uma seção chamada “O Fruto da Vida é Sagrado”, na qual trata da constituição da família e do papel no Estado em relação a ela da seguinte forma: “Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: família! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas” (BOLSONARO, 2018, p. 4).

No restante do programa o atual presidente não promove políticas específicas relacionadas a esses temas, no entanto se apresenta no programa, contrariamente à declaração dada na Paraíba, como um defensor da “liberdade religiosa”. Mas mesmo com pouca menção à religião no programa, declarações esparsas do candidato obtiveram atenção o suficiente para lhe proporcionar o apoio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) da Câmara dos Deputados.

¹³ Paulo Guedes: “Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html. Acesso em 15/11/2019.

¹⁴ Fala de Jair Bolsonaro em um discurso dado em Campina Grande na Paraíba, em 08/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YmE4pxBulMw>. Acesso em: 12/11/2019.

No dia 4 de outubro de 2018, deputado federal Hidekazu Takayama (PSC-PR), presidente da frente, entregou ao candidato uma carta que oficializou o apoio. Em um trecho da carta, o deputado declara que “mais que uma questão natural, é uma questão espiritual. Está acima de qualquer doutrina partidária. É a defesa dos valores da família cristã ” (TAKAYAMA, 2018).

A FPE reunia, até o ano de 2018, 199 deputados federais e 4 senadores e, segundo Takayama, antes de oficializar o apoio, ele teria conversado com praticamente todos os membros da Frente, incluindo figuras importantes como o ministro Renato Fonseca, da Secretaria-Geral da Presidência do ex presidente Michel Temer¹⁵. Em um trecho da carta é declarado que “certos de nosso compromisso com os quase 86,8% de cristãos de todo o território nacional, declaramos nosso amplo apoio aos candidatos da Frente em todo o Brasil, bem como o nosso apoio a Jair Messias Bolsonaro” (TAKAYAMA, 2018). A justificativa para tal suporte é descrita na carta da seguinte forma: “Nosso intuito é evitar que candidatos filiados a extrema esquerda assumam, mais uma vez, a direção do país causando ainda mais crises do que as que atravessamos nos últimos anos” (TAKAYAMA, 2018).

1.3.4. Antipetismo

Grande parte da campanha de Bolsonaro baseou-se na oposição ao antigo governo do Partido dos Trabalhadores. Os governos de Lula e Dilma são sempre colocados como principal fator tanto da crise econômica quanto da crise política gerada pelos esquemas de corrupção. A base dessa retórica advém, em grande medida, do entendimento de existência de uma hegemonia eleitoral exercida pelo PT e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), já que todas as eleições presidenciais do período de 1994 a 2014 foram vencidas por um dos dois partidos. Segundo Borges e Vidigal (2018), nas eleições dos períodos referidos acima, os dois partidos concentraram cerca de 75% dos votos válidos no primeiro turno (BORGES e VIDIGAL, 2018). Essas evidências apontam para um cenário eleitoral presidencial no Brasil constituído por dois polos, que serviriam de norte para as disputas partidárias pelo poder, assevera Borges e Vidigal (2018, p. 53):

¹⁵ Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bancada-evangelica-oficializa-apoio-a-bolsonaro,70002532347>. Acesso em: 08/11/2019.

“O debate recente sobre identificação partidária e voto no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais – PT e PSDB – na escolha dos candidatos à presidência. Desde 1994, tais partidos constituem os dois polos da disputa, alternando-se à frente do Poder Executivo. Várias pesquisas recentes sugerem que a disputa presidencial contribui para estruturar e conferir inteligibilidade ao sistema partidário, uma vez que todos os demais partidos, com poucas exceções, tendem a gravitar em torno dos projetos presidenciais capitaneados por PT e PSDB.”

Em entrevista, Paulo Guedes, personagem que possui importância central na campanha de Bolsonaro, também reconhece essa hegemonia e a percebe como nociva ao processo democrático, ao afirmar que “uma democracia exige alternância de poder. E no Brasil essa alternância não ocorre há 30 anos. PT e PSDB sempre foram parecidos”¹⁶.

Logo, a construção da retórica da plataforma política de Bolsonaro o coloca como um *outsider* do *establishment* político a partir, principalmente, do fato de o PT ser o partido dominante por ter estado na presidência por 4 mandatos consecutivos, e porque não fez parte do outro partido que dominou a arena eleitoral durante cerca de 20 anos, o PSDB.

Todavia, o foco de Bolsonaro é o combate direto ao PT. Em seu plano de governo há uma seção intitulada “O Problema é o Legado do PT de Ineficiência e Corrupção”, no qual se atribui um déficit nominal para 2019 de R\$ 489,3 bilhões. Logo em seguida, tratando da quantidade de ministérios existentes e do presidencialismo de coalizão, afirma-se no plano que isso é “o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizando pelo loteamento do Estado, o popular ‘toma-lá-dá-cá’ ” (BOLSONARO, 2018, p. 17).

O Foro de São Paulo - organização que reúne partidos políticos e movimentos sociais de esquerda na América Latina - também é abordado no programa de governo, que destaca: “coincidentalmente, onde os participantes de Foro de São Paulo governam, sobe a criminalidade” (BOLSONARO, 2018, p. 27). É citado no programa que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) “são parte do Foro de São Paulo, fundado pelo PT e pelo ditador cubano (Fidel Castro)” (BOLSONARO, 2018, p. 26). O programa ainda associa o aumento no número de homicídios ao surgimento do Foro, e também o é atribuído a existência de um “Bolsa Crack”, termo associado pejorativamente às políticas públicas de

¹⁶ Paulo Guedes: “Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html. Acesso em 15/11/2019.

saúde que tratam dependentes do crack, sendo os exemplos mais famosos dentre elas o programa Braços Abertos da prefeitura de São Paulo, criado durante o governo de Fernando Haddad (PT), e o projeto Cartão Recomeço do governo do estado de São Paulo, durante a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB).

Desse modo, é claro no programa de governo de Bolsonaro a atribuição de responsabilidade por diversos problemas enfrentados pelo país o fato do PT ter governado o país em período recente, por 4 mandatos, além do destaque ao combate à corrupção e a adoção do liberalismo econômico como meios para se atingir o desenvolvimento. Some-se a isso o apreço ao cristianismo e à ditadura militar brasileira. Esses são os traços mais marcantes da leitura de conjuntura da candidatura Bolsonaro à presidência da República.

A tabela 2 abaixo sintetiza as os aspectos marcantes sobre trajetória política e conjuntura da campanha eleitoral para a Presidência da República de Jair Bolsonaro:

Tabela 2 – Síntese de aspectos marcantes sobre trajetória política e conjuntura da campanha eleitoral de Bolsonaro

Aspectos	Evidências
-----------------	-------------------

Trajatória política	Exclusivamente legislativa: vereador da cidade do RJ (1989) e deputado federal (1991 a 2018). Nunca exerceu cargo no poder executivo.
Produção legislativa	171 de projetos de lei
Temas prioritários de produção legislativa	A maioria dos projetos apresentados por Bolsonaro são relacionados aos militares e à segurança pública. Ao todo, ex deputado apresentou 141 projetos para essas duas áreas.
Projetos de lei aprovados	PL 2514/1996 - Isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática. Lei 13.269/2016 - Autorização do uso de fosfoetanolamina sintética por pacientes com neoplasia maligna sem aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
Valores	“Brasil acima de tudo, deus acima de todos”.
Economia	“As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social”.
Partido dos trabalhadores	“O problema [do Brasil] é o legado do pt de ineficiência e corrupção”.
Corrupção	“[...] tolerância zero com o crime, a corrupção e com os privilégios”.
Ditadura militar brasileira	“[...]devemos sim, comemorar essa data. Afinal de contas, foi um novo 7 de setembro” (frase referente ao dia 31 de março, data do aniversário do golpe militar de 1964)

Fonte: Elaboração própria.

1.3.5. Candidatura e desempenho eleitoral

A oficialização da candidatura de Bolsonaro ocorreu no dia 22 de julho de 2018, já estando o candidato filiado ao PSL. Nesta data Bolsonaro ainda não possuía candidato a vice presidência, algo que se consumou no dia 5 de agosto, durante a convenção do Partido

Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), na qual o general da reserva do exército brasileiro, Antônio Hamilton Rossell Mourão, foi indicado ao posto¹⁷.

Bolsonaro iniciou a discussão pública pelo cargo mais alto do poder executivo desde o trâmite do *impeachment* de Dilma, em 2016. Até então, o seu nome só aparecia como opção para as eleições presidenciais de 2018 nas redes sociais, através de seus seguidores, mas o número cada vez maior de comentários favoráveis à sua candidatura foi suficiente para o impulsionar o então deputado a almejar voos mais altos.

O Gráfico 1 ilustra os resultados de pesquisas opinião pública realizadas pelo Datafolha, que arguiram aos entrevistados suas predileções para a eleição de Presidente da República e mostra as variações de intenção de voto em Jair Bolsonaro, de dezembro de 2016 até a véspera da disputa do segundo turno em outubro de 2018.

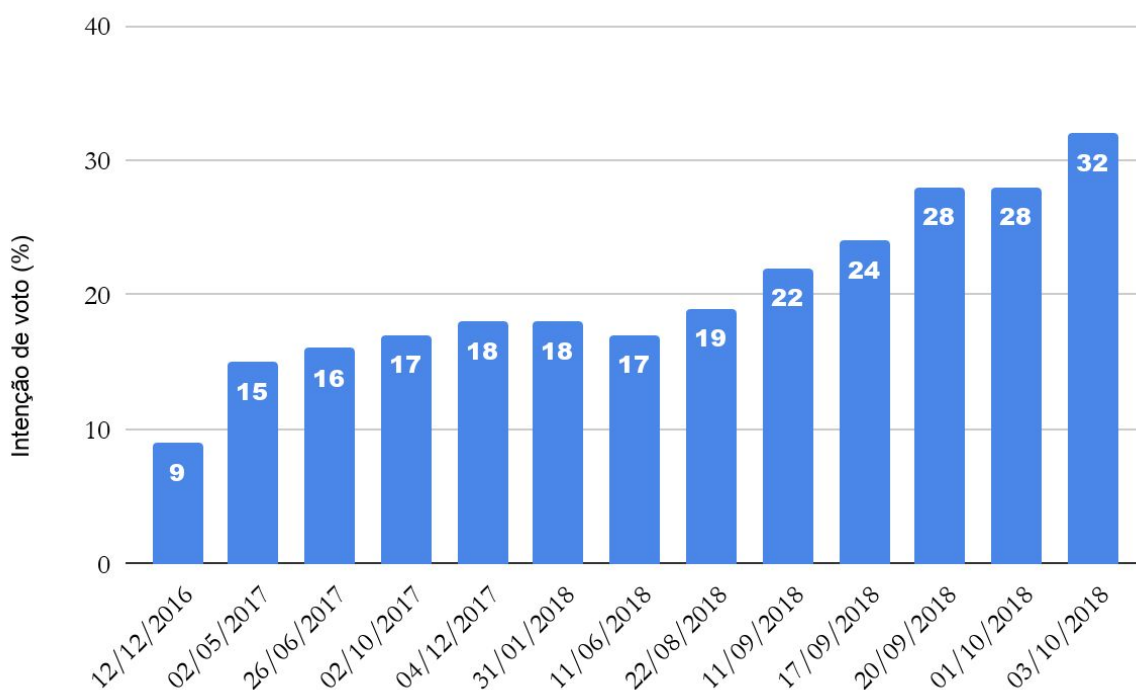
Gráfico 1 - Intenção de voto em Bolsonaro, de 2016 a 2018¹⁸

¹⁷Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/sob-gritos-de-mito-bolsonaro-anuncia-general-mourao-como-vice.shtml>. Acesso em: 12/11/2019.

¹⁸ Pesquisas realizadas entre período de 07/12/2016 e 02/10/2018. O número de entrevistados variou entre 2828 e 3240. A margem de erro assumida pela pesquisa é de 2% e o nível de confiança é 95%. O relatório das pesquisas está disponível em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/03/776678db26ecdb20bfc92154c155a05fivbr.pdf>.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Datafolha.

É possível notar que as intenções de voto tiveram um constante crescimento durante todo o período analisado. No entanto, de julho a começo de outubro de 2018, período da campanha eleitoral oficial, o percentual de intenção de votos em Bolsonaro praticamente dobrou (de 19% a 32%).

Dois fatos podem ter contribuído para esse vigoroso crescimento eleitoral de Bolsonaro. O primeiro é que, apesar de a candidatura de Lula ter sido oficializada no dia 5 de agosto, 21 dias depois, no dia 26, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou a inelegibilidade do ex presidente. A impugnação da candidatura foi efetuada pela ex procuradora geral da república, Raquel Dodge, com base a Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis candidatos condenados em segunda instância¹⁹. Após esse acontecimento, o então vice candidato da chapa de Lula, Fernando Haddad, ex prefeito de São Paulo, é anunciado pelo PT como novo candidato à presidência, tendo como vice a filiada ao PCdoB, Manuela D'Ávila. Portanto, é possível que essa mudança pode ter contribuído para o crescimento de

¹⁹ TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar a candidatura de Lula a presidente. Acessado em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/maioria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>. Acesso em: 19/11/2019.

Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto, principalmente porque Lula era favorito em todas as pesquisas eleitorais até então²⁰.

O segundo fato foi o atentado sofrido por Bolsonaro no dia 6 de setembro durante uma ação de sua campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais. Bolsonaro foi gravemente ferido por um golpe de faca e teve que passar por várias cirurgias, sendo a última no ano de 2019²¹. Depois do evento, o candidato afirmou não poder mais participar de debates ou comparecer em eventos de sua campanha, se comunicando os eleitores sobretudo via redes sociais.

Após a vitória no primeiro turno, arrematando 46% dos votos válidos, as intenções de voto em Bolsonaro variaram apenas 4 pontos percentuais durante a semana analisada no Gráfico 2. Apesar das diversas manifestações contra a candidatura do ex deputado - entre elas as mais expressivas sendo as do movimento “Ele Não”²², que levaram milhões de pessoas às ruas de várias cidades no país, em sua maioria mulheres que protestavam contra os posicionamentos machistas e homofóbicos de Bolsonaro -, o eleitorado manteve um grande apoio a ele, chegando a 59% das intenções de voto nos dias 26 e 27 de outubro. É possível também que parte desse apoio, como será tratado com maior detalhes nas seções seguintes deste trabalho, venha, não de uma avaliação positiva do candidato feita pelo eleitor, mas de uma grande rejeição ao candidato ou partido da oposição.

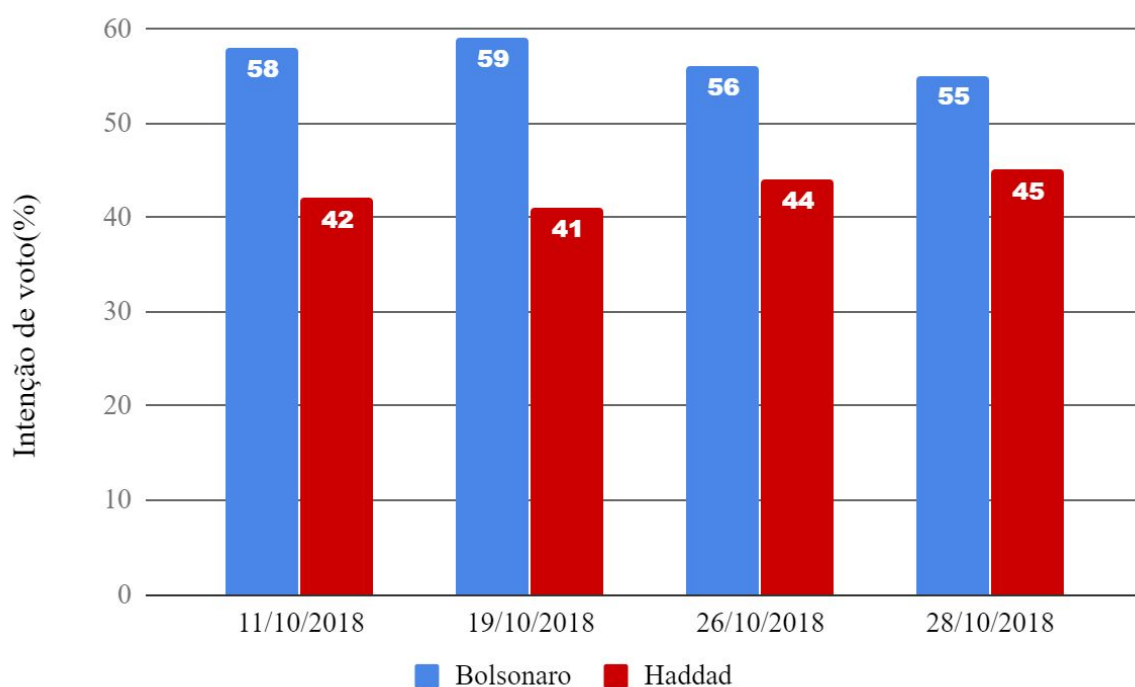
Gráfico 2 - Intenção de voto em Bolsonaro durante as semanas anteriores ao segundo turno da eleição de 2018²³

²⁰ Presidência: Bolsonaro lidera e quatro empatam em disputa por 2º lugar. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/09/1981347-presidencia-bolsonaro-lidera-e-quatro-empatam-em-disputa-por-2-lugar.shtml>. Acesso em: 13/11/2019.

²¹ CRONOLOGIA: atentado contra Jair Bolsonaro. Acessado em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/27/cronologia-atentado-contra-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 13/11/2019.

²² #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 13/11/2019.

²³ Pesquisas realizadas entre os dias 10 e 27/10/2018. O número de entrevistados variou entre 3235 e 18371. A margem de erro assumida pela pesquisa é de 2% e o nível de confiança é 95%. O relatório das pesquisas está disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/28/b469d4556e176c907bad8986ccc459cd.pdf>.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Datafolha.

Apesar das diversas manifestações contra sua candidatura realizadas durante o primeiro turno - entre elas as mais expressivas sendo as do movimento “Ele Não”²⁴, que levaram milhões de pessoas às ruas de várias cidades no país, em sua maioria mulheres que protestavam contra os posicionamentos machistas e homofóbicos do ex deputado -, Bolsonaro saiu vitorioso da disputa, arrematando 46% dos votos válidos, podendo, assim, disputar o segundo turno com o candidato do PT, Fernando Haddad.

É possível notar que, durante o período analisado no Gráfico 2, as intenções de voto em Bolsonaro variaram apenas 3 pontos percentuais. Percebe-se também que o eleitorado manteve um forte apoio a ele, chegando a 59% das intenções de voto no dia 19 de outubro. É possível, no entanto, que parte desse apoio, como será tratado com maior detalhes nas seções seguintes deste trabalho, venha, não de uma avaliação positiva do candidato feita pelo eleitor, mas de uma grande rejeição ao candidato ou partido da oposição.

²⁴ #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 13/11/2019.

2. FATORES EXPLICATIVOS DO VOTO EM BOLSONARO: DISCUSSÃO TEÓRICA E HIPÓTESES

A análise da conjuntura, tratada no capítulo anterior, destacou 5 fatores relevantes na campanha eleitoral vitoriosa de Bolsonaro à Presidência da República: economia, corrupção, antipetismo, autoritarismo e religião. As discussões teóricas e construção de hipóteses desenvolvidas abaixo satisfazem esses fatores, isto é, foram selecionados trabalhos relevantes no campo de comportamento eleitoral que abordam essas questões. Desse modo, este capítulo tem como objetivo fazer uma discussão teórica que trata especificamente de economia, corrupção, antipetismo, autoritarismo e religião e construir hipóteses voltadas ao cenário eleitoral de 2018.

2.1. Economia

O estudo sobre comportamento eleitoral é uma importante e amplamente discutida vertente da ciência política, e “uma das perguntas centrais no estudo do voto é em que medida fatores como as clivagens partidárias, as ideologias e o desempenho da economia impactam a escolha dos eleitores” (PEREIRA et al, 2014). Esses fatores são usados em diversos estudos do campo e há um certo consenso sobre o impacto que eles possuem na decisão do voto, principalmente no voto para presidente. Neste sentido, a avaliação feita pelo eleitor do desempenho do governo em exercício como variável explicativa na decisão do voto é base de uma extensa literatura do comportamento eleitoral, tanto internacionalmente, quanto no âmbito das eleições presidenciais do Brasil.

Anthony Downs (2013), em sua obra basal “Uma Teoria Econômica da Democracia”, postula que, no processo de escolha racional, o indivíduo usa a satisfação com desempenho do governo em exercício como norteador para sua decisão de voto. Numa perspectiva bipartidária de sistema eleitoral ou numa disputa no segundo turno, isso implicaria, de acordo

com Downs, no seguinte: se o indivíduo avalia positivamente o partido que está no poder, votará nele; se o avalia negativamente, votará na oposição.

Apesar de existirem críticas que apontam as limitações do modelo downsiano quanto a predição do voto levando conta um limitado conjunto de premissas econômicas, ou seja, apenas a maximização de ganhos e minimização de perdas, sem levar em conta outros tantos fatores que atuam no psicológico do eleitor (FIORINA, 1976), também é verdade que diversos estudos fazem uso das premissas dessa teoria e encontram resultados positivos. É o caso de Cheibub e Przeworski, que compartilham uma perspectiva semelhante, atribuindo a essa lógica de escolha do voto um caráter de mecanismo de *accountability* (CHEIBUB E PRZEWORSKI, 1997). Assim eles escrevem:

[...] governos são responsáveis na medida em que os cidadãos podem discernir se os governantes estão agindo de acordo com seus interesses e sancioná-los apropriadamente, de forma que os governantes que satisfazem os cidadãos permanecem em seus postos e aqueles que não os satisfazem perdem suas posições." (CHEIBUB E PRZEWORSKI, 1997)

Na mesma ordem, mas na literatura brasileira, Carreirão (2002) analisa em um de seus estudos sobre as eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 1998, usando 4 variáveis explicativas em seu estudo, sendo uma delas a avaliação do desempenho do governo pelo eleitor. O autor conclui em sua pesquisa que “a aprovação do desempenho governamental cresceu à medida que cresceu a aprovação aos planos econômicos” (CARREIRÃO, 2002, p. 202).

Tem-se, portanto, uma maior delimitação da variável explicativa: a avaliação no desempenho do governo no que diz respeito especificamente à economia do país. Esse, então, seria o voto econômico, que, em sua definição mais geral, se refere à medida na qual as avaliações que os indivíduos fazem em torno da economia afetam as opiniões que eles têm sobre os partidos que estão no poder. Nos resultados da pesquisa de Carreirão (2002) no período estudado por ele, o voto econômico na decisão da escolha para presidente surgiu da seguinte forma:

O voto (ou intenção de voto) no candidato do governo variou de forma significativamente associada às variações das avaliações de desempenho do governo e de seus planos econômicos: o voto (ou intenção de voto) no candidato do governo em

exercício cresceu com o crescimento da aprovação do governo e de seu(s) plano(s) econômico(s) (CARREIRÃO, 2002, p. 229).

O mesmo fenômeno pode ser observado na literatura sobre o comportamento político e opinião pública de eleitores latino-americanos, mesmo que em diferentes níveis de atuação (RATTO, 2000). Nadeau et al. (2015) observam uma profunda correlação entre a avaliação que os cidadãos fazem sobre a economia e sua atitude nas urnas. Os dados encontrados pelos autores mostram que indivíduos não apenas avaliam a economia, mas a avaliam a partir de diferentes indicadores para chegar em uma conclusão geral sobre conjuntura econômica do país, de tal forma que uma avaliação positiva da situação econômica pode aumentar em até 25 pontos percentuais as chances dele votar no partido do governo (Nadeau et al., 2015).

Também adentrando a discussão do voto econômico na América Latina, Ratto (2007), procura fazer uma análise descritiva e exploratória para também medir a relação entre economia e voto. O estudo observou as eleições em nações da latino-americanas no ano de 2000 com o intuito de identificar diferenciais significativos entre os países da região. Apesar das limitações metodológicas observadas durante a pesquisa, a autora confirmou o que a literatura sobre comportamento político que investiga os efeitos das avaliações econômicas dos cidadãos em sua decisão de voto, de modo que, nas democracias mais novas, as pessoas fazem utilizam a economia para fazer o *accountability* dos governos. Nesta linha, o que é observado é que quanto melhor for a avaliação da situação da economia no país, maiores são as chances dos indivíduos premiarem o partido no governo através do voto no incumbente; da mesma forma, uma avaliação negativa governo quanto a economia, diminui fortemente a probabilidade do voto no incumbente, sendo a forma do cidadão castigar o partido no governo. Porém, a autora aponta que essa influência não é homogênea na região, podendo variar o grau de importância entre os países estudados (RATTO, 2007).

É preciso salientar, todavia, que avaliação feita pelo eleitor pode ser feita a partir de inúmeros fatores, tendo eles relação objetiva com os fatos econômicos do país ou não. Esse é um ponto é debatido por diversos autores (PEIXOTO; RENNÓ, 2011; POPKIN, 1991). O estudo realizado por Veiga e Ross (2016), parte desse pressuposto para analisar a relação entre a percepção da economia e o voto, de modo a atentar-se para fatores como a predisposição política dos eleitores e o quanto eles são ou não bem informados em relação ao cenário econômico. Ao analisarem a eleição presidencial de 2016 os pesquisadores puderam observar que “o conhecimento de informações objetivas da economia não afeta a avaliação

elaborada pelo eleitor (VEIGA; ROSS, 2016)”, de tal modo que a avaliação econômica baseia-se mais na afinidade com o partido no poder ou com a oposição do que em fatos relacionados a economia.

Neste sentido, o estudo realizado por Pereira (2014) busca averiguar como a sofisticação política dos eleitores interfere no voto econômico, argumentando que a literatura nessa área, apesar de importante, analisa o eleitorado como um todo, não levando em consideração o comportamento de subgrupos dentro dela, em especial dos eleitores menos sofisticados politicamente. Assim, o autor justifica a necessidade dessa abordagem mais profunda partindo da seguinte premissa:

[...]eleitores com diferentes níveis de sofisticação política processam de formas distintas os estímulos do ambiente eleitoral, de modo que as orientações dos eleitores mais sofisticados tendem a ser baseadas em conjuntos mais amplos e consistentes de informações, sendo, por essa razão, mais efetivas em terem impacto sobre outras orientações e comportamentos. (PEREIRA, 2014, p. 150)

Os resultados encontrados na pesquisa acabam por corroborar a hipótese inicial do autor, apontando que o voto econômico tem relevância como variável explicativa apenas quando se trata do eleitorado mais politicamente sofisticado e “não parece haver conexão muito clara entre a percepção da economia e o voto entre os eleitores menos sofisticados” (PEREIRA, 2014). Logo, os achados do estudo vão de encontro à literatura tradicional, que usa a percepção da economia como principal variável para explicar o comportamento político das massas que possuem poucos vínculos partidários e baixa identificação ideológica.

Voltando à perspectiva latino-americana, Echegaray (1995) investiga 30 eleições presidenciais em 15 países da América Latina entre 1982 e 1994, com o intuito contrapor às teorias do voto econômico, que na época baseava-se, segundo ele, fortemente nas crises políticas e econômicas atravessadas pelos países dessa região e em como o desempenho do governo em lidar com elas acarretaria em uma premiação ou punição do partido no governo, a teoria do *referendum* político, na qual as questões que não possuem relação direta com a economia têm uma maior relevância no direcionamento do voto, tais como seu posicionamento ideológico, afinidades com líderes políticos e avaliações pessoais retrospectivas e prospectivas em relação ao novo governo (ECHEGARAY, 1995). Por fim, a análise aponta para que as interpretações do tipo *referendum* político teriam maior

representatividade nas eleições presidenciais latino-americanas, tendo em vista que a popularidade do presidente obteve maior relevância estatística em comparação as variáveis econômicas. Ela também especula que “indicadores macroeconômicos são muito vagos e distantes do cotidiano dos eleitorados para sobressair como força modeladora do voto” (ECHEGARAY, 1995), assim, indo ao encontro do que é postulado por autores da literatura sobre o voto econômico já citados.

A relação entre economia e o comportamento político dos cidadãos, no entanto, aparece de outras formas em diferentes estudos. Baquero e González (2016), em sua análise sobre as mudanças econômicas e seus efeitos na democracia brasileira, argumentam “que essas duas dimensões, em países como o Brasil, não podem ser vistas como mutuamente excludentes e precisam ser avaliadas compreensivamente para explicar a evolução do regime político” (BAQUERO E GONZÁLEZ, 2016, p. 492). A tese desenvolvida por eles é de que o crescimento e a estabilização econômica obtidos nas últimas décadas, são fatores que promoveram avanços sociais e deveriam ser traduzidos em uma democracia mais estável, com maior apoio dos cidadãos ao regime e suas instituições. Todavia, os resultados obtidos em sua pesquisa apontam para o sentido contrário, sendo possível observar uma inércia da percepção negativa por parte dos eleitores em relação às instituições e a democracia. Isso porque, segundo os autores, a percepção dos indivíduos sobre as instituições democráticas tende a variar de acordo com sua satisfação material, de tal forma que, mesmo com os avanços sociais e econômicos vivenciados durante os governos petistas, a crise econômica, vivida desde o final do primeiro mandato da ex presidente Dilma Rousseff, é responsável pela criação de uma instabilidade política, com profunda insatisfação dos cidadãos para com os políticos incumbentes (BAQUERO E GONZÁLEZ, 2016).

Assim, ao alinharmos o panorama político tratado no capítulo 1 às literaturas que abordam a correlação entre economia e voto no Brasil e na América Latina abordadas até aqui, torna-se possível observar o quanto a percepção dos eleitores em relação a crise econômica, amplamente divulgada antes e durante a campanha, tanto pelos próprios candidatos quanto por veículos de comunicação, poder uma considerável importância na decisão do voto para presidente no eleitorado brasileiro. Logo, uma correlação entre uma avaliação negativa da economia e o voto em Bolsonaro torna-se razoável, baseando-se não só histórico do eleitorado brasileiro descrito pelos teóricos, mas também pela ênfase dada por Bolsonaro, não só na economia, mas em propostas econômicas que, segundo seu plano de

governo, se distanciam das políticas econômicas petistas e focam no liberalismo econômico. Não obstante, também é preciso ressaltar que a avaliação da economia e tanto outros fatores, como a corrupção e o desempenho do governo em geral, possuem pesos diferentes para as percepções positivas e negativas (PEREIRA, 2014). A discussão incessante sobre a crise econômica, por exemplo, pode fazer com que o voto econômico seja mais relevante no processo de decisão do voto para o eleitor, do que seria se ele percebesse positivamente a situação econômica do país.

Portanto, a partir das discussões empreendidas acima, constrói-se a primeira hipótese:

H1: os eleitores que em 2018 avaliam de modo negativo a situação econômica do país tem maiores chances de terem votado em Jair Bolsonaro, em comparação com os(as) demais candidatos(as).

2.2. Antipetismo

No capítulo anterior discutiu-se o fato de que o voto econômico, apesar de importante, não afeta eleitores de diferentes níveis de sofisticação política da mesma forma, de modo que outros fatores podem ter maior eficácia no direcionamento do voto para presidente para certos grupos de eleitores. Um dos fatores apontados nessa breve discussão foi a afinidade com um partido ou um líder político. No cenário brasileiro é não possível observar uma alta identificação partidária entre os cidadãos, sendo a relação personalista e clientelista alguns dos marcadores usados no processo de decisão do voto para presidente (CARREIRÃO, 2002; SOUZA, 2015). Uma das exceções desse contexto é o eleitor petista, que, apesar de haver uma grande concentração de personalismo em torno do seu maior líder político, o ex presidente Lula, possui forte identificação com o partido e suas pautas, mesmo essas não sendo muito bem definidas ideologicamente (SAMUELS, 2004).

Ao buscar definir as bases do petismo, Samuels (2004) resume o surgimento do partido da seguinte forma:

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, logo depois que o regime militar permitiu a formação de partidos políticos independentes desde o golpe de 1964. Na sua fundação, o PT uniu militantes políticos de esquerda, militantes das comunidades de base da Igreja Católica que seguiam a “Teologia da Libertação”, intelectuais moderados e líderes de sindicatos e de movimentos sociais. A heterogeneidade e sua criação de baixo para cima o tornaram único na história dos partidos no Brasil e, talvez, na América Latina (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992). Embora o PT jamais se tenha deliberadamente identificado com um tipo específico de esquerdismo, ele “sempre se definiu como socialista” (KECK, 1992, p. 246) e, historicamente, defendeu muitas posições políticas radicais. (SAMUELS, 2004, p. 223)

Em 2002, com vitória de Lula na eleição presidencial, o partido passou a ter grande relevância na vida de todos os cidadãos brasileiros, estando sempre nos holofotes da mídia, tanto de forma positiva, quanto negativa. No entanto, durante as 4 vitórias consecutivas nas disputas pela presidência, perpassando por diversas crises no governo, escândalos de corrupção e um longo período de recessão econômica, a atenção dada tanto por grande parte da mídia, quanto por considerável parte dos eleitores, começou a tomar uma conotação negativa, resultando em disputas em segundos turnos mais acirradas e índices de aprovação mais baixos, mesmo tendo um legado de políticas públicas com grande aprovação tanto pelos cidadãos, como pela comunidade internacional, e ainda possuindo um grande número de eleitores que se identificam com o partido (SAMUELS, 2004).

O agravamento desta situação deu início a diversos fenômenos políticos - já direcionados na descrição da conjuntura política desde trabalho -, sendo o impeachment da ex presidente Dilma Rousseff o principal deles. Esse deslocamento da avaliação de um partido ou líder político de positiva para fortemente negativa e seu impacto na decisão do voto é discutida na pesquisa de Pereira (2014), na qual o autor formula algumas hipóteses para explicar esse fenômeno atuante no raciocínio dos cidadãos:

A primeira é a de que eleitores(as) apresentam o comportamento típico de aversão ao risco, e por essa razão sua curva de utilidade refletiria o maior peso de resultados negativos do que de positivos na escolha (Quinn & Wooley, 2001). A segunda hipótese é a de que tal assimetria refletiria um padrão de atribuição de causalidade chamado de “viés egocêntrico”, segundo o qual indivíduos atribuiriam maus resultados à sua volta a fatores externos, enquanto veriam os bons resultados como funções do próprio comportamento (Mezulis et al, 2004). Uma terceira hipótese é a de que bons e maus acontecimentos (nesse caso, resultados econômicos) despertariam tipos distintos de respostas emocionais nos indivíduos. Maus resultados atuariam ansiedade, que por sua vez aumentaria o uso de estímulos de curto prazo na tomada de decisão, tais como a avaliação da economia.” (PEREIRA, 2014, p. 67)

O peso das avaliações negativas do governo no direcionamento do voto presentes na tese de Pereira (2014) são amplamente conhecidos na ciência política e também pelos atores participantes da política. Assim os políticos e aqueles envolvidos em suas campanhas tendem a utilizar recursos próprios ou de terceiros para apresentar para o eleitorado o perfil e as propostas dos adversários como algo indesejável ou inadequado, de tal modo que esse processo de negatização se mostra eficaz pela forma como as emoções são processadas pelos indivíduos (SAMPAIO, 2014). Portanto, o que se observa é que dentre as várias informações divulgadas durante o período eleitoral, os cidadãos irão ater-se durante um maior tempo à análise das questões que são negativas. Críticas e ataques, como as que Bolsonaro faz ao PT em seus discursos e em seu plano de governo, são mais facilmente observáveis por retirar os eleitores da zona de conforto, mostrando-lhes fatos que antes não sabiam ou não lhes chamavam a atenção. Ou seja, como afirma Thiago Sampaio (2014), “campanhas negativas fazem com que os indivíduos substituam o sistema de disposição pelo sistema de vigilância”, algo que é acionado pela ansiedade gerada pelas emoções fomentadas durante as campanhas políticas.

Todavia, esses sentimentos negativos podem ser cultivados antes mesmo das campanhas começarem, podendo ser radicalmente potencializados durante elas. Esse seria o caso do fenômeno caracterizado popularmente como antipetismo. Tal fenômeno é apresentado pelos teóricos da ciência política como uma consequência da polarização político-partidária gerada pela centralização do eleitorado nos partidos PT e PSDB (BORGES e VIDIGAL, 2018), juntamente com a permanência dos representantes do PT na presidência desde 2003, por meio da vitória de Lula e posteriormente a de Dilma Rousseff. Os dados encontrados por Borges e Vidigal (2018) sugerem, porém, que o PSDB consegue capitalizar menos da metade do eleitorado antipetista, algo que poderia explicar o motivo pelo qual a queda da popularidade do PT dentro das preferências do eleitorado não significou sua derrota nas urnas nas eleições presidenciais. Esse fato é ainda mais importante tendo em vista a baixa performance obtida pelo PSDB na eleição presidencial de 2018 em vista do sucesso de Bolsonaro, sendo possível supor que o candidato do PSL possa ter tido maior capacidade de captar eleitores antipetistas.

Os mesmos autores irão afirmar que o mais provável é que a antipatia dos eleitores voltada ao PT tenha motivações relacionada às avaliações conjunturais dos eventos políticos,

podendo serem de cunho econômico, de capacidade governamental ou moral - sendo exemplos, respectivamente: a recessão econômica que permanece desde o fim do governo Lula; o impeachment da ex presidente Dilma em 2016; e a constante exposição de esquemas de corrupção que começaram a macular a imagem do partido em 2005 com o Mensalão (BORGES e VIDIGAL, 2018). Essa antipatia, segundo os pesquisadores, fazem parte da composição da identificação partidária do eleitor, de modo que:

[...]há boas razões teóricas para operacionalizar a identificação partidária como uma medida composta que inclui não apenas os sentimentos partidários positivos (identificação com o endogrupo), mas também os sentimentos partidários negativos (rejeição ao exogrupo). Como notam Rose e Mishler (1998), os eleitores com identidades partidárias mais intensas são aqueles que adotam uma postura do tipo “nós contra eles”, apresentando uma identificação positiva com a legenda de sua preferência, e uma identificação negativa com uma ou mais legendas adversárias. (BORGES e VIDIGAL, 2018, p. 58)

Entretanto, ao separarem os eleitores em 3 grupos, sendo eles tucanos, petistas e antipetistas independentes, os autores observaram que o posicionamento ideológico dos eleitores apresenta “uma crescente convergência ideológica do eleitorado, provavelmente em razão do movimento do PT em direção ao centro do espectro político” (BORGES e VIDIGAL, 2018, p. 79). Além disso, os resultados obtidos pelos pesquisadores vão de encontro “à hipótese de uma associação entre o antipetismo e o crescimento da direita, observamos que o eleitorado antipetista é bastante heterogêneo, não apresentando perfil ideológico claro” (BORGES e VIDIGAL, 2018, p. 79). Por fim, também é observado que existem menos diferenciações entre os posicionamentos ideológicos dos petistas e dos antipetistas independentes do que entre esse último grupo e os eleitores que se identificam fortemente com o PSDB.

Os autores ainda argumentam que “o crescimento do antipetismo parece estar mais relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT” (BORGES e VIDIGAL, 2018, p. 79), do que, como vem sendo discutido em alguns setores da mídia e também por cientistas políticos (COUTO, 2014; TELLES, 2015), por um crescimento de uma extrema direita. Eles ainda direcionam a atenção brevemente ao “fenômeno Bolsonaro”, dizendo não haver dados empíricos na época que pudessem dizer se o então pré candidato teria ou não bons resultados na disputa presidencial de 2018, como veio a ter. Porém, os dados dos autores são referentes às eleições de 2014, período anterior ao impedimento da ex presidente Dilma e de diversos casos de corrupção envolvendo membros

do PT pela Lava-Jato, logo, não razoável descartar hipótese de que esses fatos possam ter levado um número considerável de eleitores para o oposto do espectro político do PT: a direita.

Com o mesmo intuito de traçar um perfil antipetista, Paiva, Krause e Lameirão (2016), desenvolveram uma pesquisa que observam apenas os indivíduos que não gostam de jeito nenhum do PT, os dividindo entre aqueles que rejeitam exclusivamente do PT (antipetistas) e aqueles que rejeitam todos os partidos (antipartidários). A partir da metodologia empregada pelas autoras possibilitou que elas observassem a existência de características muito distintas entre os eleitores antipetistas e os apartidários, em relação ao perfil socioeconômico, seu posicionamento em relação aos partidos, sua auto identificação ideológica e sua avaliação retrospectiva e prospectiva dos governos.

Para além disso, em relação especificamente ao eleitor antipetista, elas argumentam que “pode-se resumir o seu perfil como sendo um eleitor predominantemente de cor branca, de maior escolaridade, maior renda familiar mensal e de estratos sociais mais elevados” (PAIVA, KRAUSE E LAMEIRÃO, 2016, p. 665). Ademais, as pesquisadoras salientam que o eleitor antipetista tem preferência partidária pelo PSDB, se identificando ideologicamente com o partido, de modo a se auto posicionar na centro-direita ou à direita no espectro político/ideológico e localizar o partido no mesmo lugar, bem como avalia negativamente, tanto o governo de Dilma Rousseff, em retrospectiva, quanto a economia do país, na perspectiva dos próximos 12 meses (PAIVA, KRAUSE E LAMEIRÃO, 2016, p. 665).

Uma outra abordagem que também trata do perfil antipetista é de Ribeiro, Carreirão e Borba. O trio observa as mudanças desse grupo entre a eleições de 2002 e a de 2014, buscando traçar paralelos entre antipetistas as opiniões empregadas por eles sobre assuntos como adesão à democracia, preferência por democracia, igualitarismo e estatismo. Apesar de não notarem diferenças significativas quanto às atitudes dos eleitores em relação à essas variáveis, os autores observaram um declínio generalizado “sentimento e ‘gosto’ o eleitor para com os partidos brasileiros em 2014 (26,2% da amostra diz gostar de algum partido), o menor nível verificado em todas as rodadas do Eseb” (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016, p. 629), sendo o PT o partido com maior queda na avaliação, com seu pior resultado desde 2002.

Quanto ao foco da pesquisa - o eleitor antipetista - os pesquisadores observam que um constante crescimento do antipetismo, com maior proporção entre as eleições de 2010 e 2014. Além disso, indo ao encontro dos achados de Paiva, Krause e Lameirão (2016), também

demonstram que o perfil dos eleitores antipetista é de centralidade na estrutura social - em termos de escolaridade e cor, quando comparado com o eleitor petista ou neutro em relação a esse partido, especialmente quanto aos eleitores antipetistas que avaliavam bem o PSDB (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016).

No entanto, existem fatores exógenos aos abordados pelos autores que também possuem influência no desenvolvimento do sentimento antipetista. Nessa perspectiva, Telles (2015) aponta que a formação desse sentimento e sua manifestação nos protestos contra o governo da ex presidente Dilma Rousseff em 2014, apesar de apresentarem discursos pautados no combate a corrupção e a insatisfação com a performance do governo em diversos campos, especialmente na economia, “não procede simplesmente de uma reação às notícias sobre corrupção, provém também da divergência com projetos e políticas redistributivas e de expansão dos direitos de minorias” (TELLES, 2015).

No mesmo sentido da análise de Borges e Vidigal (2018), Ribeiro et al (2016) observam que essa polarização entre PT e PSDB vem escalando nos últimos anos. A partir de uma análise dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 a 2014, os autores evidenciam um crescimento do que chamam de “sentimentos partidários negativos” entre os eleitores, especialmente em relação ao PT, além de concluírem que “os sentimentos partidários do eleitorado brasileiro tiveram impacto significativo sobre seu voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2014” (RIBEIRO et al, 2016, p. 118).

Ademais, o estudo também elucidada que esta aversão aos dois maiores partidos do país pode favorecer candidatos de outros partidos que conseguem se posicionar como uma alternativa viável. Na pesquisa em questão, observa-se que a candidata Marina Silva conseguiu arrematar uma quantidade significativa dos eleitores que rejeitam a polarização PT-PSDB, sendo a preferida entre eles no primeiro turno da eleição para presidente em 2014 (RIBEIRO et al, 2016). Assim, também é possível questionar se o que ocorreu com Marina no primeiro turno em 2014 pode ter se potencializado 2018, acarretando a vitória de Bolsonaro.

Desta forma, debate teórico desenvolvido nesta sessão torna factível a construção da segunda e terceira hipótese:

H2: os eleitores brasileiros de 2018 que podem ser classificados como antipetistas tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as).

H3: os eleitores brasileiros de 2018 que se identificavam como sendo de direita no espectro ideológico tiveram maiores chances de votar em Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as).

2.3. *Corrupção*

Os escândalos de corrupção, usados como um dos principais fomentadores do sentimento antipetista, são um aspecto que possui um papel fundamental na decisão do voto desde a eleição presidencial de 2006 - quando o candidato petista (Lula) saiu vitorioso contra o candidato do PSDB (José Serra). Essa grande influência foi ocasionada porque a eleição ocorreu logo após a denúncia de um grande esquema de corrupção conhecido popularmente como o Mensalão, que começou em 2005 e se alastrou até 2012/13 quando muitos dos envolvidos foram julgados e condenados, como já citado em capítulos anteriores. Porém, estes acontecimentos são responsáveis por um fenômeno que, de acordo com Ames e Júnior (2014), “pode se perpetuar como característica essencial da disputa eleitoral entre oposição e situação no Brasil”, de tal modo que a “[...] percepção sobre corrupção aumenta a ambivalência do eleitorado frente aos candidatos” (AMES E JÚNIOR, 2014, p. 41), fazendo com que exista uma volatilidade durante todo o período eleitoral. Tal premissa pode ser facilmente associada ao cenário da eleição de 2018, em especial sobre o apoio ao “Partido da Lava-Jato” e o caráter polarizado da disputa presidencial, defendido por Moura e Corbellini (2019).

Já na perspectiva internacional, ao observarem grandes mudanças na esfera política de diversos países, como a Itália e Japão, juntamente com com diversos Estados recém formados da União Soviética, acarretados por um maior foco na corrupção de ententes do governo, e ainda, a forte influência de ações corruptas nas instituições democráticas e nas políticas públicas norte americanas, os autores Fackler e Lin (1995) buscam avaliar a relação entre denúncias de corrupção no governo e as eleições presidenciais no período entre 1929 e 1992 nos Estados Unidos, algo que, segundo os autores, até então pouco discutido na ciência política. A pesquisa mostra uma significativa relação entre informações sobre corrupção no governo e intenção ou apoio a partidos ou políticos, de tal forma que os eleitores tendem a responsabilizar não só o presidente pelos esquemas de corrupção, mas também o partido ao qual ele faz parte, tendo assim uma grande relevância no processo decisório de eleições níveis

do executivo e do legislativo por se tratar um sistema majoritariamente bipartidário. Ademais, os autores também observam que os indivíduos, quando cientes de esquemas de corrupção envolvendo o presidente ou seus associados mais próximos, tendem a perceber a situação como uma falta de ética na esfera política, mais do que um comportamento individual corrupto (FACKLER E LIN, 1995).

Observações semelhantes também são feitas por Kostadinova (2012), ao investigar como a corrupção pode afetar diferentes formas de ação política em países do leste europeu. O que é observado pela autora é que a corrupção possui grande influência na participação de civis na política dos países analisados. Apesar de identificar que a oposição consegue capitalizar uma maior número de votos quando há denúncias de corrupção que geram um sentimento de ira entre os eleitores, o estudo também mostra que isso não é o suficiente para que os incumbentes percam as eleições. Outrossim, a autora traz a luz diferentes formas da manifestação da influência que a percepção da corrupção tem sobre o comportamento político dos cidadãos, indo desde a maior mobilização de eleitores passivos, apoio de eleitores passivos à oposição, até a mudança de eleitores que antes apoiavam o governo ou algum partido específico, para candidatos ou partidos da oposição vistos como não corruptos (KOSTADINOVA, 2012).

No entanto, ao observamos o resultado da disputa presidencial de 2006, podemos perceber que, mesmo com as denúncias de corrupção e apesar de incluírem membros muito próximos do então presidente, ainda sim, Lula conseguiu sair vitorioso. É provável que fatores como os ganhos resultantes das políticas sociais de seu governo, período de crescimento econômico, a afinidade com o PT ou até mesmo com a figura do presidente, foram considerados mais importantes para os eleitores do que seu possível envolvimento e responsabilidade nos esquemas de corrupção (RENNÓ, 2007; MENEGUELLO, 2009).

A partir de fatos como esse, estudos como o de Nunes e Castro, evidenciam como o voto no Brasil, sobretudo a eleição dos membros do poder legislativo federal, ainda possui uma orientação prospectiva, de modo a ser baseado, em grande parte, nas expectativas que os eleitores colocam nas promessas de campanha e também em políticos novatos, mais “do que pelo voto retrospectivo, que reflete a fiscalização e avaliação do trabalho realizado pelos deputados, no exercício do mandato” (NUNES E CASTRO, 2009, p. 21). Além disso, eles observam que candidatos de partidos de esquerda e centro obtiveram uma maior probabilidade de reeleição se comparados com deputados de partidos da direita. Os pesquisadores salientam

que os resultados encontrados evidenciam que a proximidade com o presidente e seu partido, não interferiu nas chances de vitória dos parlamentares, de modo a ser possível supor que “a vitória de um partido ou de uma coalizão na eleição majoritária é fator de ampliação da base legislativa ligada a ela” (NUNES E CASTRO, 2009). Todavia, os autores concluem, de forma otimista, que:

[...]os dados mostram, também, algum avanço do país em direção da responsabilização dos políticos por sua atuação na Câmara dos Deputados. As denúncias de corrupção, especialmente aquelas feitas no ano da eleição, tiveram conseqüências claras: aumentaram, em muito, as chances de punição dos envolvidos, por parte do eleitorado. (NUNES E CASTRO, 2009. p.22)

Também investigando as eleições de 2006, mas no âmbito do poder executivo, Rennó (2007) observa, a partir de uma análise dos dados ESEB, que 42% dos eleitores consideravam a corrupção como o pior problema político do país, e 8% o segundo pior, sendo muito maior que os dados obtidos pelo ESEB de 2002, no qual apenas 2% dos eleitores possuíam a mesma opinião. Segundo o autor, esse fato é suficiente para mostrar que a polêmica em torno da corrupção foi a protagonista do debate político nas eleições brasileiras de 2006. Porém, o desenvolvimento da pesquisa evidencia que as denúncias de corrupção afetaram as atitudes de poucos eleitores nas urnas no primeiro turno da eleição presidencial. Já no segundo turno, outros fatores tiveram maior relevância no processo decisório, de modo que o autor conclui que:

[...] no segundo turno, eleitores que viam a corrupção como problema passaram a apoiar Lula. Contudo, tanto no primeiro quanto no segundo turnos, o desempenho do governo Lula em outras áreas e sentimentos quanto ao PT foram mais importantes e serviram de escudos para protegê-lo das acusações de corrupção, confirmando as hipóteses deste artigo. (RENNÓ, 2007, p. 278)

Algo que se torna evidente a partir dos resultados do trabalho do autor - que é discutido apenas brevemente por ele em suas considerações finais - é que os eleitores brasileiros tendem a não punir os governantes que agem de forma antiética ou que não cumprem suas promessas de campanhas. Porém, essa ausência de *accountability*, ou voto retrospectivo, por parte dos cidadãos, pode ser entendida mais como setorial do que de forma geral, sendo o mais provável tê-lo havido “só que mais fortemente influenciado por fatores

clássicos, como visões sobre a economia ou avaliações gerais do governo” (RENNÓ, 2007, p. 278). Como já visto no capítulo sobre economia e voto, a avaliação feita pelo indivíduo é em grande medida influenciada pela sua afinidade com visões ideológicas, afinidades com partidos ou líderes políticos (VEIGA E ROSS, 2016; CARREIRÃO, 2002), portanto, os achados de Rennó (2007), sustentam, em certa medida, esta tese.

Desta forma, podemos perceber que, apesar da corrupção ser entendida pelos cidadãos como um grande problema na política brasileira, existem fatores que tornam turva a visão desse problema, de modo a levar os autores a buscarem as motivações que fazem com que as avaliações dos governos feitas pelos indivíduos sejam realizadas por meio de critérios relativamente isolados, evidenciando, como Meneguello (2009) discute em sua pesquisa sobre o lugar da corrupção nas preferências políticas dos brasileiros, uma necessidade de “diminuir a distância entre a percepção, o juízo moral e a prática política” (MENEGUELLO, 2009, p. 11) para uma melhor compreensão dos efeitos da corrupção no direcionamento do voto no Brasil.

Como já abordado anteriormente neste trabalho, as manifestações civis iniciadas em 2013 e o impeachment da ex presidente Dilma Rousseff proporcionam consideráveis mudanças no cenário políticos brasileiro, abrindo espaço para novas tendências na política, novos líderes e movimentos e organizações políticas. A pauta da corrupção teve um visível espaço e influência nesses eventos, e diversas indagações surgiram no campo acadêmico para a compreensão deles, com especial atenção para as opiniões empregadas pelos manifestantes e apoiadores do impeachment. É nessa empreitada que a pesquisa de Telles (2015) joga luz para algumas das indagações acerca desses fenômenos. A autora, a partir de *surveys* realizados durante manifestações pró impeachment, pôde evidenciar algumas características importantes desses manifestantes. Algo que chama atenção em tal pesquisa é que parte considerável deles (cerca de 36%) afirmaram estar se manifestando pela indignação com a corrupção, e 66,8% acreditavam que a corrupção era o pior problema do país, no entretanto, a maioria declararam que o PT fez um grande mal à nação e mais 80% deles viam, tanto o ex presidente Lula, quanto a então presidente Dilma como malfeitores (TELLES, 2015).

Para além disso a autora também traz dados de tendências no comportamento político de eleitores latino-americanos, trazendo a luz similaridades entre os países dessa região,

principalmente a partir dos altos índices de insatisfação com a economia e com os altos níveis de corrupção do país. Assim, a autora chega na seguinte conclusão:

Economia e corrupção - se a primeira não melhorar e a percepção da segunda piorar -, a tendência é de busca de soluções autoritárias, o aumento da intolerância e desejo de líderes outsiders. Em resumo, a saída para a crise pode passar por um “novo líder”, que gere mais confiança no sistema político, consiga melhorar a economia e lide com a corrupção, sem transformá-la num escândalo.(TELLES, 2015, p. 121)

O trabalho da autora tende a dar mais credibilidade a tese de que as afinidades políticas do eleitor norteiam em grande medida sua percepção sobre a política. Logo, nota-se que boa parte da literatura abordada até aqui evidencia um certo enviesamento por parte dos cidadãos quando compara-se sua opinião em relação a corrupção no governo e sua ação política, seja ela o voto ou outras formas de se expressar politicamente (TELLES, 2015; MENEGUELLO, 2009; RENNÓ, 2007; NUNES E CASTRO, 2009). Todavia, para além do que é abordado pela tese supracitada, há também discussões que teorizam que a avaliações em relação ao desempenho do governo, seja no campo econômico ou no de políticas sociais, possui um peso substancial na postura do indivíduo em relação à corrupção. O artigo desenvolvido por Bonifácio (2013) adentra esta discussão, buscando formar um perfil para esse grupo ao analisar os posicionamentos dos cidadãos favoráveis ao que o autor chama “rouba, mas faz”, algo que ele conceitua como “as considerações positivas sobre políticos que são vistos como bons governantes, apesar de possuírem a pecha de corruptos” (BONIFÁCIO, 2013). Um dos principais achados do autor é o de que existe uma intensa desaprovação à ideia do “rouba, mas faz”, sendo que os grupo mais centrais na hierarquia social - brancos, com maior renda e escolaridade - possuem índices de rejeição à esta prática maiores que dos de indivíduos mais jovens e menos escolarizados. Nota-se aqui, uma significativa distanciação dos achados teóricos discutidos anteriormente, tendo em vista que a corrupção torna-se menos aceitável para os eleitores, algo que pode ter relação com o intenso foco dado à esse tema na eleição presidencial de 2018.

As discussões empreendidas acima tornam possível compreender que a Operação Lava jato praticamente monopolizou os debates sobre corrupção e, considerando o alinhamento do candidato Bolsonaro à esta, constrói-se a quarta hipótese:

H4: os eleitores brasileiros de 2018 que apoiavam a Operação Lava jato tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as).

2.4. Religião

Para além das questões relacionadas diretamente com a ação política dos governantes, existe um outro fator que ainda opera com grande impacto na esfera política, não só no Brasil, mas na maioria das democracias: a religião. A relação entre essas instituições é tema de debate à séculos, e há ainda aqueles que pregam uma dependência entre elas, como Maquiavel em sua obra clássica, *O Príncipe*. (AMES, 2006). As avaliações de Pierucci e Prandi (1995) mostram que a relação entre religião e voto está presente nas relações políticas brasileiras desde o século passado, mesmo em um cenário muito diferente do atual, no qual a presença evangélica era pouco significativa. Baseando-se nas literaturas sobre religiões no Brasil, e observando o papel fundamental dessa instituição na formação da identidade nacional - em maior medida tratando-se das populações negras do país - e, portanto, sua grande influência na vida pública dos brasileiros, os pesquisadores realizam um levantamento pioneiro sobre a filiação religiosa no país, com o principal intuito de observar a relação entre voto e religião no país. A pesquisa realizada por eles tem foco na eleição presidencial de 1994 apresenta dados que evidenciam que diferentes grupos religiosos possuem diferentes afinidades partidárias. Dentre essas afinidades encontradas por Pierucci e Prandi (1995), verificou-se que:

A candidatura Lula mostrou-se mais próxima dos católicos das comunidades de base, dos afro-brasileiros e dos eleitores que se declaram sem religião, e mais distante dos católicos carismáticos e dos pentecostais. Resultados até certo ponto esperados para o observador mais atento, exceto para o caso dos afro-brasileiros. Fernando Henrique obteve maiores taxas de preferência entre os carismáticos, os kardecistas e os católicos tradicionais. Os católicos tradicionais são a grande maioria da população brasileira e a distribuição de suas preferências eleitorais em 1994 reproduz nitidamente a do total do eleitorado. O nome de Quércia teve menções superiores à média entre evangélicos históricos e pentecostais, Amin, entre os evangélicos históricos, Enéas, entre kardecistas e eleitores sem religião. (PIERUCCI E PRANDI, 1995, p. 47)

Outrossim, a relação entre religião e comportamento político não desaparece quando compara-se a religião com outras variáveis atuantes no processo decisório do voto, segundo

os dados apresentados pelo estudo. Os autores mostram que a educação universitária pode diminuir ou até mesmo anular o efeito da religião sobre o voto. Porém, - da mesma forma que literaturas sobre outras variáveis, como corrupção e economia, argumentam - “a escolha de um candidato pode estar também associada aos conteúdos ideológicos que se mostram com pesos diferentes em cada religião” (PIERUCCI E PRANDI, 1995, p. 47).

Na perspectiva latino-americana, Walter e Ribeiro (2015) apontam para uma crescente politização do catolicismo e do protestantismo em países dessa região, especialmente de pentecostais e carismáticos. Eles chamam a atenção para uma mudança no comportamento, a partir dos anos 80, de evangélicos e católicos, no sentido um novo posicionamento dessas instituições ante a sua função social e política (WALTER E RIBEIRO, 2015). Por meio da mobilização de fiéis e pastores, igrejas têm adentrado a esfera política de diversas formas, indo desde a “intervenção das igrejas no processo de seleção, até a formação e preparação de líderes” (WALTER E RIBEIRO, 2015, p. 2). Para mais, os pesquisadores trazem a luz a necessidade de análises que investiguem outras formas de participação política, argumentando que seus achados mostram que os cidadãos mais envolvidos com atividades religiosas tendem também a ter maior participação em diversas formas de política, tendo em vista que as instituições religiosas têm pautado várias discussões na esfera pública (WALTER E RIBEIRO, 2015). Esses achados vão ao encontro do que Rivera (2006) postula em sua pesquisa sobre as eleições peruanas - em particular a de 2006 - e a atuação de entidades religiosas no processo de decisão do voto, também observando uma visível mudança nas atitudes de igrejas evangélicas quanto ao seu papel na sociedade, chamando esse fenômeno de “despertar espiritual”, que proporcionou a candidatura de um grande número de candidatos apoiados por evangélicos nas eleições peruanas de 1990 (RIVERA, 2006). De forma intrigante, o mesmo estudo revela uma a inabilidade das igrejas neopentecostais em serem incorporadas entre os peruanos. O autor atribui à este fato a pouca viabilidade desses entes conseguirem espaço na TV do país, diferentemente do que ocorre em países como o Brasil e Estados Unidos.

Ao analisar as causas da visível entrada da religião na política, Oro (2005) observa que esse fato ocorre, mesmo que em magnitudes diferentes, globalmente. Em sua análise, ele conclui que esse fenômeno pode ser atribuído “à desilusão em relação às grandes ideologias, ao fracasso das promessas da modernidade, e, especificamente em relação ao campo político” (ORO, 2005, p.12), podendo ser traduzido como um desencantamento com a política e seus

representantes vivenciado na contemporaneidade. O autor evidencia que este fato é consideravelmente mais intenso no Brasil, citando um estudo do Instituto Gallup de 2004, no qual é apontado que 90% dos brasileiros dizem não ter confiança em seus políticos, sendo uma média bem mais alta do que a encontrada em países da Europa, que é de 50%. Essa aversão aos políticos vem sendo cada vez mais explorada pelos candidatos nas eleições, inclusive por Bolsonaro por meio de seus constantes ataques às instituições democráticas, inclusive ao próprio sistema legislativo, como já discutido no Capítulo,

É preciso salientar que, historicamente, o Brasil até a década de 70 era essencialmente católico, com mais de 90% da população brasileira sendo adeptos ao catolicismo, mas, isso é algo que vem mudando drasticamente, chegando a diminuir para cerca de 60% dos cidadãos brasileiros até 2010 (BOHN, 2014). No entanto, isso não significa dizer que a sociedade brasileira está se tornando menos religiosa, pelo contrário, o que vem ocorrendo é o crescimento exponencial das igrejas evangélicas neopentecostais.

Bohn (2014) observa o comportamento político dos evangélicos em um estudo a partir da hipótese de que “os evangélicos estariam associados a condições econômicas e sociais bastante adversas”, logo, a “opção pelo evangelismo seria, portanto, característica de segmentos sociais desprovidos de recursos financeiros” (BOHN, 2004, p. 289). Além disso, ela também usa duas teses de segmentos teóricos que tratam da relação entre os evangélicos e a política. A primeira, postula um vínculo entre os adeptos ao evangelismo à posicionamentos políticos de viés ideológico de direita, atribuindo à eles as bases da “nova direita” brasileira, devido a suas posturas morais e políticas. A outra, em virtude de alguns trabalhos na área, atrela a filiação evangélica à uma lealdade eleitoral às candidaturas de pessoas ligadas ao evangelismo (BOHN, 2004).

As conclusões que chega a análise acabam por confirmar parte das teóricas que embasaram suas hipóteses. A autora afirma que “os fiéis evangélicos – sobretudo os membros das denominações pentecostais –, provêm de setores socioeconômicos significativamente desprivilegiados, tanto no que se refere à renda quanto ao nível de escolaridade” (BOHN, 2004, p. 296). Entretanto, este fato por si só não é atributo particular desse grupo, tendo em vista que essas características são comuns também ao público das religiões católica e afro-brasileiras, segundo a pesquisadora. Além disso, a relação entre os evangélicos e as novas manifestações de grupos de ideologia conservadora, não são totalmente corroboradas pelo estudo, pelo fato de que, apesar desse grupo ter uma postura muito homogênea em

relação a opiniões sobre aborto e homossexualidade, os resultados da pesquisa não são suficientes para apontar uma correção mais significativa entre os adeptos dessa religião e assuntos tocantes a política fora do aspecto dos costumes, como políticas econômicas e sociais. Portanto, a autora afirma não ser possível corroborar a tese de que os evangélicos são a base da “nova direita” no país, haja vista que os resultados encontrados por ela não foram suficientes para posicioná-los à direita ou à esquerda do espectro ideológico. Por fim, Bohn (2004) conclui que os evangélicos são pouco expostos aos meios de comunicação de massa, e simultaneamente têm um significativo nível de exposição às autoridades religiosas de suas congregações. A combinação desses fatores faz com que esse grupo se torne fortemente influenciável pelas autoridades religiosas de seu círculo religioso, de modo a ter grande potencial de mobilização política homogênea, caso seja de interesse de tais autoridades, criando uma clientela para políticos que tenham interesse de capitalizar esse eleitorado.

Bohn (2014) identifica que, contemporaneamente, a influência da religião na esfera política se dá principalmente por três formas:

1. existência de partidos políticos confessionais eleitoralmente expressivos;
2. contextos nacionais em que crenças religiosas específicas atuam como orientadoras de determinadas preferências partidárias;
3. influência da religião no processo eleitoral envolve a mobilização de votos por líderes políticos em virtude da filiação religiosa destes indivíduos.

A autora ressalta que os eleitores raramente possuem um perfil monocromático, argumentando ainda que as “interseccionalidades de classe, gênero, etnia, sexualidade, filiação religiosa etc., significam que raramente indivíduos podem ser “essencializados” (BOHN, 2014, p. 87), tornando-se, portanto, fundamental analisar o método que os atores políticos, sejam eles partidos confessionais, partidos não confessionais ou líderes religiosos ou políticos, usam para capitalizar o eleitorado através da identificação religiosa dos eleitores. Bohn também salienta que:

[...]algumas igrejas sistematicamente mantêm uma relação de distanciamento com o universo político-eleitoral – como a Congregação Cristã do Brasil (Pierucci e Mariano, 1992) –, outras, tais como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, fomentam o engajamento político dos fiéis, através do endosso público de candidatos específicos e do pedido que os seus seguidores manifestem seu apoio a esses nomes nas urnas. (BOHN, 2014)

A autora também elucida que no contexto da disputa presidencial, por falta de partidos confessionais eleitoralmente expressivos, o principal fator para a determinação do papel que a religião exerce sobre o comportamento eleitoral é a mobilização sistemática de uma identidade religiosa por parte de um candidato evangélico durante a campanha (BOHN, 2014).

Contudo, o levantamento realizado pela autora, ainda que muito importante, não está atualizado. Hoje, como já tratado no capítulo 1, a Frente Parlamentar Evangélica conta quase 200 deputados e 4 senadores no parlamento federal, sendo numericamente muito expressiva nessa esfera no poder. Assim, ao relacionarmos o apoio da FPE à Bolsonaro e o seu posicionamento hostil ao Estado laico, apresentando-se como evangélico, posicionando-se como um defensor da família e com valores conservadores, concebe-se a quinta e sexta hipótese:

H5: os eleitores brasileiros de 2018 que indicavam ser evangélicos tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as);

H6: os eleitores brasileiros de 2018 que indicavam serem bastante assíduos a cultos religiosos tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as);

2.5. *Autoritarismo*

A literatura sobre comportamento político que trata sobre a influência do apreço pelo autoritarismo na decisão do voto é escassa, contudo, no campo de cultura política e legitimidade democrática existem trabalhos que podem auxiliar na compreensão de como esse fator pode ter tido relevância no processo decisório na eleição de 2018 que resultou na vitória de Bolsonaro.

Uma das técnicas usadas para identificar posicionamentos autoritários é a Right-Wing Authoritarianism (RWA) - Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) - na qual, segundo Vilanova et al. (2018), o perfil autoritário é moldado por meio de três traços:

“[...] convencionalismo (adesão a normas e valores morais tradicionais); agressão autoritária (agressividade direcionada a várias pessoas, percebida como sancionada

por autoridades); e submissão autoritária (submissão acrítica a autoridades estabelecidas). Esses traços compõem o construto autoritarismo decorrente de crenças da direita política, que é avaliado unifatorialmente pela EAD.” (VILANOVA et al, 2018, p. 1301)

Ao aplicar uma versão do EAD no Brasil, Vilanova et al. (2018) observa grande número de indivíduos que apresentam o traço de submissão acrítica a autoridades, de modo semelhante aos EADs aplicados em outros países da América Latina, em especial os que compartilham o passado autoritário do Brasil. Além disso, os autores também notam uma forte relação entre posturas autoritárias e o preconceito e intolerância contra homossexuais, além de um robusta oposição aos direitos civis de transsexuais. Essa relação direta entre autoritarismo e homofobia também é evidente nos discursos de Bolsonaro, tanto via seu saudosismo pelo período ditatorial brasileiro, quanto através de sua atuação como parlamentar, em especial, sua luta contra o projeto “Escola sem Homofobia”, ao qual o Bolsonaro chamava pejorativamente de “Kit Gay”.

Esse passado antidemocrático latino-americano faz com que diversos estudos sobre legitimidade democrática sejam realizados nessa região. Neste sentido, Veiga et al. (2017), busca avaliar a estrutura da legitimidade das democracias da latino-americanas a partir da experiências que os cidadãos e os países têm com esse sistema político, correlacionando a idade dos indivíduos e a longevidade do período democrático em que esses países se encontram, à perspectiva dos cidadãos em relação ao regime. O que é observado é que quanto mais tempo ininterrupto as democracias possuem, mais a população percebe a democracia positivamente e mais apoiam seus valores centrais e suas instituições. No entanto, quanto a relação entre a idade dos cidadãos e o apoio ao regime, identificou-se uma correspondência negativa, no sentido de que, quanto mais idosos os cidadãos, mais sua avaliação sobre a democracia é crítica, tendo maior chances de avaliar o regime negativamente (VEIGA et al., 2017). Os pesquisadores concluem que o apoio a democracia ocorre mais por meios práticos, através do exercício e apoio das atividades políticas, do que na dimensão ideológica, de defesa dos valores centrais da democracia.

Contudo, achados mais recentes de Fuks et al. (2019) evidenciam uma maior coerência entre o apoio democrático e a internalização de valores democráticos essenciais nos regimes com mais anos ininterruptos de democracia. Porém, a quantidade de indivíduos que considerados democratas coesos, ou seja, aqueles não só apoiam o sistema político, mas

praticam seus valores centrais, é significativamente baixo nos países latino-americanos. Além disso, esse comportamento é mais comum entre indivíduos com maior escolaridade e renda (FUKS et al., 2019), mostrando que aspectos individuais têm maior efeito na internalização desses valores. Essa influência de fatores econômicos, todavia, atua também em um âmbito coletivo, segundo os autores. Em suas observações, os pesquisadores apontam para uma relação positiva entre uma boa avaliação da economia e uma boa avaliação da democracia. Além disso, o desempenho econômico real dos países também possui efeito na adesão à democracia, de modo que, quanto maior o PIB per capita, melhor é a avaliação do regime democrático (FUKS et al., 2019).

Buscando compreender essa diferença entre o apoio ao regime democrático e as opiniões em relação questões mais específicas da democracia, Lagos (2000) parte de premissa de que o passado de colonização, exploração econômica, patrimonialismo e, mais recentemente, ditatorial, dos países da América Latina criou uma identidade coletiva na qual os cidadãos, apesar de defenderem a democracia, não estarem satisfeitos com ela. À esse hábito de manter-se em silêncio frente às insatisfações da vida em sociedade, a autora dá o nome de “máscara sorridente”. Desta forma, o estudo apresenta dados que mostram que os latino-americanos possuem um nível de adesão a democracia dentro da média, quando comparado a países da Europa Ocidental. No entanto, quanto a satisfação com o funcionamento da democracia, observa-se que a média dos países observados é muito menor do que a de países da europeus (LAGOS, 2000). Ademais, a autora aponta também que, estar em um período de grande crescimento econômico, não faz com que a média de satisfação com a democracia de uma nação seja alta.

Já na perspectiva do Brasil, Braga e Casalecchi (2016) buscam analisar a adesão à democracia através da análise do comportamento dos eleitores que perdem a disputa presidencial. A premissa sobre a qual o estudo se baseia é de que os cidadãos podem discordar em relação a quem e como deve-se governar, mas é necessário, para o funcionamento adequado da democracia, que exista um consenso sobre as regras do jogo político. Desta forma, a partir de um estudo de caso que usa a eleição de 2014 para presidente como objeto de análise, pelo fato de ter sido a eleição com menor diferença de votos desde a redemocratização do país - a ex presidente Dilma Rousseff saiu vitoriosa com 51, 64% dos votos na disputa presidencial contra Aécio Neves -, os autores buscaram observar se haveria alguma mudança no comportamento político do grande número de perdedores desta eleição.

O que se encontrou foi que, mesmo não havendo uma diminuição ao apoio à democracia entre os perdedores, houve um significativo aumento de insatisfação com o funcionamento da democracia entre eles.

Novamente, o argumento já apresentado nas sessões anteriores de que os dados coletados pelos pesquisadores são do período anterior ao impeachment e de outros fatos políticos, como as diversas prisões feitas pela Lava-Jato, em particular a do ex presidente Lula, torna-se plausível, de modo a poder-se questionar se esses acontecimentos podem ter abalado a confiança dos cidadãos na democracia, de sorte que candidatos como Bolsonaro que são abertamente anti-democráticos podem ter captado os votos desses eleitores.

Portanto, essas discussões tornam-se base para o levantamento da sétima, da oitava e da nona hipótese:

H7: os eleitores brasileiros de 2018 que indicavam preferir a ditadura em relação à democracia ditadura tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as);

H8: os eleitores brasileiros de 2018 que indicavam predileção pela existência de um líder político forte tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as).

H9: os eleitores brasileiros de 2018 que acreditavam que as minorias deveriam se adaptarem aos costumes e tradições do Brasil tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as).

3. DADOS E TÉCNICAS

A verificação empírica das hipóteses estabelecidas no capítulo anterior faz-se através do uso de técnicas quantitativas de análise de dados, de natureza estatística multivariada, por meio de regressões logísticas binárias, a fim de investigar a relação entre determinadas opiniões e comportamentos e a escolha do voto para presidente da república em 2018, tendo a opção pela candidatura de Bolsonaro como foco. Os resultados obtidos através da regressão logística são dados em razão de chances (*odds ratio*), porém, para um compreensão mais

intuitiva dos resultados será feita a conversão da razão chances para chances percentuais, usando a equação $[Odds\ ratio - 1] * 100$.

A coleta dos dados será feita através do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, um *survey* pós-eleitoral de cunho acadêmico, realizado pelo Centro de Estudos em Opinião Pública desde 2002, sendo um projeto vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES)*, amplamente utilizado em trabalhos acadêmicos da área de comportamento eleitoral e opinião pública autores da ciência política brasileira. Ames e Rennó (2014, p. 54), por exemplo, afirmam que o ESEB “merece especial destaque, já que tem alimentado a grande maioria das publicações que tentam desvendar as motivações das escolhas eleitorais dos brasileiros”.

O ESEB 2018 é composto por 2506 entrevistas, realizadas em domicílio com eleitores brasileiros de 172 cidades e 27 estados brasileiros. As entrevistas ocorreram entre os dias 10 e 24 de novembro, ou seja, em período pós-eleitoral. Para a amostra, são utilizadas quotas de sexo, idade, grau de escolaridade, ramo de atividade e número de banheiros no domicílio, baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, a margem de erro atribuída ao estudo é 2,2% e seu intervalo confiança é de 95%.

Para a análise dos dados foram selecionadas perguntas que se relacionam da forma mais direta possível com as variáveis criadas a partir das hipóteses levantadas no capítulo anterior. Desta forma, a insatisfação com a economia é medida pela variável de avaliação econômica sociotrópica retrospectiva, ou seja, a partir de uma pergunta que indaga se o indivíduo percebeu uma melhoria, uma estagnação ou uma piora na economia nos últimos 12 meses antes da entrevista. O antipetismo é por uma escala de 0 a 10, em que os eleitores atribuem uma nota sobre o quanto gostam do PT. O fator religião é medido de duas formas: pela frequência com que as pessoas vão aos cultos religiosos e pela filiação religiosa, sendo destacada o protestantismo. O autoritarismo por sua vez, será analisado por 3 dimensões: a preferência pela ditadura como sistema de governo em certas circunstâncias; a tolerância com as minorias; e a visão positiva de líderes com tendências despóticas no governo. Por último, relação entre a insatisfação com a corrupção será medida através do apoio ou não à operação Lava-Jato, devido ao fato de esta possuir um grande protagonismo nas discussões sobre corrupção no Brasil, e também porque as perguntas do ESEB 2018 que tratam da perspectiva da corrupção diretamente, possuem uma homogeneidade na frequência das respostas demasiada grande, comprometendo a qualidade das possíveis inferências a serem feitas pela

análise logística multivariada. A redação de todas as variáveis explicativas no questionário do ESEB está disponível no Apêndice A.

Ademais, também serão incluídas no modelo de regressão logística binária variáveis que medem características socioeconômicas e demográficas comumente utilizadas na ciência política. A variável que mede a renda familiar não é utilizada por conta do alto número de casos inválidos, ou seja, da alta quantidade de entrevistados que não responderam à questão.

A regressão logística binária é um teste estatístico que possibilita estimar a chance da ocorrência de determinado fenômeno através de um conjunto de variáveis, calculando as chances de forma dicotômica, ou seja, indicando se um determinado evento ocorre ou não. A escolha desse modelo se dá justamente pelo seu caráter dicotômico, tendo em vista que o que se pretende analisar é exclusivamente o voto em Bolsonaro, não sendo interessante para os fins da pesquisa investigar o voto em outros candidatos ou comparar o desempenho eleitoral de algum(a) candidato com o desempenho eleitoral de Bolsonaro.

4. O TRIUNFO DO *OUTSIDER*: ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são descritos os principais resultados dos testes estatísticos inferenciais, referentes à indicação de voto em Bolsonaro nos dois turnos da eleição presidencial de 2018, e com foco nas respostas às nove hipóteses construídas.

Em quase todas as variáveis ou categorias de variáveis colocadas em interação com a variável dependente, o sentido da associação permanece o mesmo para os dois turnos da eleição. Com exceção da variável de escolaridade e da faixa de idade de 35 a 44 anos, as associações apresentam sentido negativo ou positivo em ambos os turnos eleitorais. Ademais, em quase todos os casos - exceto para as variáveis “anti-minorias”, “evangélico” e “sexo masculino” - a magnitude da associação entre as variáveis explicativas e a variável a ser explicada aumentou, indicando que o 2º turno reforçou as tendências de voto já existentes no 1º turno ao candidato Jair Bolsonaro. Tais disposições dos dados facilita a identificação de tendências eleitorais.

A variável com percentual de chance de valor mais elevado e com significância estatística é a que se refere à consideração de que a ditadura é preferível à democracia em algumas situações, variável que nos Gráficos 3 e 4 abaixo e na Tabela 3 do Apêndice B recebe a alcunha de “apoio à ditadura”. No 1º e 2º turnos, os eleitores que possuem apego à ditadura tiveram 135,1% e 181,6%, respectivamente, mais chances de votar em Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as). É um apoio eleitoral substancial e que, portanto, corrobora a hipótese 7.

Considerar-se de direita no espectro ideológico é a segunda variável explicativa com maiores valores de associação e com significância estatística contida no modelo de regressão logística construído. O eleitor direitista possuía em 2018 109,2% e 135,3% mais chances de votar em Bolsonaro do que nos(as) demais candidatos(as) no 1º e no 2º turno, respectivamente. Logo, a hipótese 3 foi confirmada pelos resultados, considerando que os eleitores que se identificaram como sendo de direita muito altas de votar em Bolsonaro.

Na mesma seara do destacado acima, observa-se que o antipetismo tem estreita relação com voto em Bolsonaro, corroborando a hipótese 2. Os resultados indicam que, quanto menor a nota atribuída ao PT na escala de apreço a partidos políticos, maiores são as chances de voto no candidato. Numa escala que pontua de 0 a 10, cada nível que se avança em relação ao despreço pelo PT aumenta em 44,7% e em 56,2% as chances de voto em Bolsonaro no 1º e no 2º turno, respectivamente.

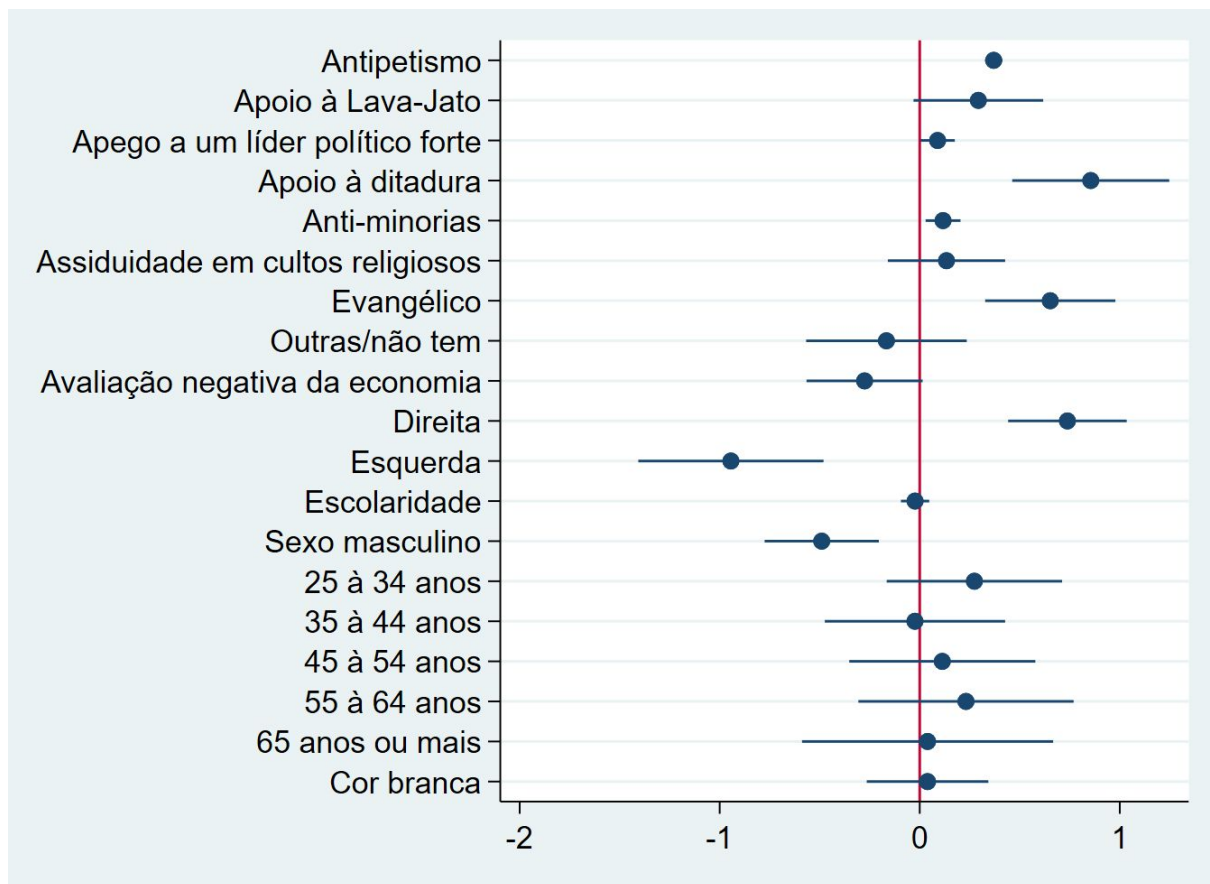
Quanto ao apoio dos entrevistados à Operação Lava-Jato e voto em Bolsonaro, observa-se uma associação positiva e estatisticamente significativa: 34% e 73,5% de chances de votar em Bolsonaro, no 1º e 2º turnos, respectivamente. Portanto, a hipótese 3 foi confirmada pelos resultados encontrados.

Os eleitores que se classificaram como evangélicos tiveram grandes chances de votar no candidato do PSL em ambos os turnos, com apenas uma pequena diminuição do número de chances no segundo turno em comparação com o primeiro: 86,6% e 92%, respectivamente. Em adição, observa-se que os eleitores que mais comparecem aos cultos religiosos – frequência de uma ou mais vezes por semana - possuem consideravelmente mais chances de votar em Bolsonaro. No 1º turno as chances foram relativamente baixas (14,3%), mas mostraram-se robustas no 2º turno (53,7%). A partir desses resultados, há evidências suficientes para afirmar que a hipótese 5 é corroborada, ao passo que a ausência de significância estatística para o 1º turno da variável de assiduidade a culto religioso acarreta nem corroboração nem refutação da hipótese 6.

A variável que indica apoio à líder político forte e posicionamento anti-minorias que, em conjunto com a variável de predileção da ditadura em relação à democracia, compõem a dimensão de apoio ao autoritarismo, mostram-se associadas positivamente a voto em Bolsonaro, em ambos os turnos eleitorais: 9,3% e 13,6% e 12,3% e 5,4% de chances no 1º e no 2º turnos para apoio à líder político forte e posicionamento anti-minorias, respectivamente. No caso da primeira variável anteriormente citada, como as associações são positivas em ambos os turnos e estatisticamente significantes, pode-se afirmar que a hipótese 8 é corroborada. Contudo, para o posicionamento anti-minorias, como não há significância estatística em ambos os turnos, não se pode corroborar, tampouco refutar, a hipótese 9.

Apenas um resultado em específico mostrou-se o oposto ao hipoteticamente formulado. Trata-se da percepção econômica sociotrópica negativa, que apresentou-se associada em sentido negativo a voto em Bolsonaro, em ambos os turnos eleitorais. Contudo, devido à ausência de significância estatística no segundo turno, posiciona-se de modo a nem corroborar nem refutar a hipótese 1.

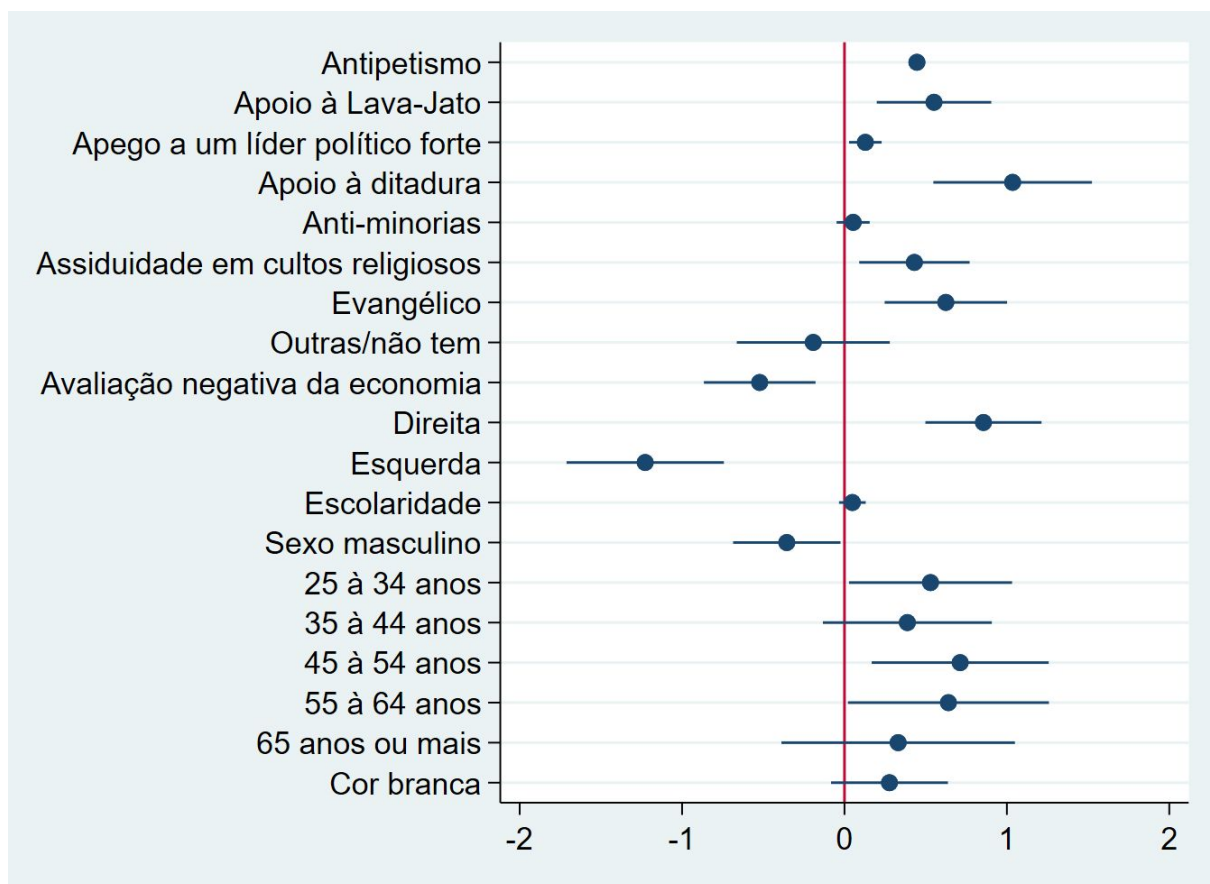
Gráfico 3 - Variáveis explicativas e voto em Bolsonaro no primeiro turno (2018)



A categoria de referência para as faixas etárias foram os eleitores entre 16 e 24 anos de idade. Nas variáveis “Apego a um líder político forte” e “Anti-minorias”, a categoria de referência foram aqueles concordaram e concordaram muito com a afirmação feita na pergunta. Para a definição do “Apoio à ditadura” foram utilizadas como categoria de referência aqueles que responderam que em algumas situações é melhor vir em uma ditadura. A categoria de referência usada para medir a avaliação negativa da economia foram os indivíduos que consideraram que a economia piorou ou piorou muito no últimos 12 meses. Para avaliação do gênero e da etnia foram usados os eleitores homens e cor branca como categorias de referência, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ESEB 2018.

Gráfico 4 - Variáveis explicativas e voto em Bolsonaro no segundo turno (2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ESEB 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polarização entre PT e PSDB que marcou as disputas pela presidência no Brasil durante mais de duas décadas termina em 2018, dando lugar a novas tendências no comportamento político e no direcionamento do voto dos eleitores. Todavia, esta mudança não representa o fim da polarização em si, mas a realocação daqueles que ocupam os polos e dos parâmetros pelos quais o cidadão escolhe seu lado. O intenso esforço despendido por Bolsonaro para se apresentar como *outsider* do sistema político lhe rendeu a presidência república, erodindo a hegemonia do PT e PSDB.

Dos cinco fatores explicativos centrais testados neste trabalho para a compreensão desse fenômeno, elementos de natureza ideológica mostraram-se os mais relevantes: apoio à

ditadura, identificação com a ideologia de direita e antipetismo. Dessa forma, esta pesquisa, por um lado, traz mais evidências a estudos sobre antipetismo e, por outro lado, apresenta resultados inéditos sobre a relação entre atitudes pró autoritarismo e apoio a Bolsonaro. Ademais, os resultados são úteis para mensuram a perceptível polarização ideológica que predominou na campanha eleitoral, na medida em que os eleitores que consideram-se de direita e de esquerda apresentaram elevadas chances positivas e negativas de voto em Bolsonaro, respectivamente.

Um instrumentos que serviu para fomentar essa polarização foi a Operação Lava-Jato, sendo interessante destacar o que Moura e Corbellini (2019) chamam de “Partido da Lava-Jato”, certamente um dos polos. E, nesse quesito, Bolsonaro teve dividendos políticos, angariando o apoio dos favoráveis à operação.

Relações de natureza social e econômicas também são destaque. Por um lado, o direcionamento do discursos religioso e protestante de Bolsonaro lhe rendeu resultados, uma vez que os entrevistados mais assíduos aos cultos religiosos e os de afiliação evangélica mostraram-se uma base eleitoral de apoio. Por outro lado, Bolsonaro não conseguiu atrair o voto de boa parte dos insatisfeitos com a situação econômica do país. Talvez sua inabilidade e dubiedade em tratar de questões econômicas tenha contribuído para que os eleitores insatisfeitos com a situação econômica fossem menos propensos a confiar-lhe o voto.

I. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, José Luiz. **Religião e política no pensamento de Maquiavel**. Kriterion, Belo Horizonte,, n. 113, p. 51-7, jun./2006.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial**. Uma análise pós-eleições de 2014. Opinião Pública, Campinas, v. 22, n. 3, p. 492-523, dez./2016.

BOHN, Simone R.. **Evangélicos no Brasil**. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out./2004.

BOHN, Simone R.. **Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)**. *Opinião Pública*;, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, nov./2007.

BONIFÁCIO, Robert. **A afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados**: identificando os perfis associados à aceitação do "rouba, mas faz" no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 320-345, nov./2013.

BONIFÁCIO, Robert; CASALECCHI, Gabriel; DEUS, Cleber De. **O voto para presidente no Brasil de 1989 a 2010**: condicionantes e fatores explicativos. 1. Curitiba: Íthala, 2014. 328 p.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. **Do lulismo ao antipetismo?** polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, jan./abr. 2018.

BRAGA, M. D. S. S; CASALECCHI, Gabriel Avila. **Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014**: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 550-568, dez./2016.

CARREIRÃO, Yan De Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998)**: A Importância do voto por avaliação de desempenho. 1 ed. São Paulo: [s.n.], 2000. 255 p.

CASTRO, Mônica. **Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.

CASTRO, M. M. M. D; NUNES, Felipe. **Candidatos corruptos são punidos?** Accountability na eleição brasileira de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, abr./2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762014000100002>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CESOP. **Home page**. Disponível em: <<https://www.cesop.unicamp.br/por>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

COUTO, C. G. **“Novas eleições críticas?”**. Em *Debate*, vol. 6, p. 17-24, 2014.

CHEIBUB, José A. & PRZEWORSKI, Adam. **Democracia, eleições e responsabilidade política**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 35, p. 49-61, 1997.

DOŠEK, Tomáš. **¿Por qué la Gente Vota a la Izquierda?**: Clivajes, Ideología y Voto Retrospectivo en Bolivia y Uruguay en Perspectiva Comparada. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 773-814, jun./2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/00115258201424>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**: 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ECHEGARAY, Fabian. **Voto econômico ou referendun político?** Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina - 1982-1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 88-109, ago./1995.

FIORINA, Morris P.. **The Voting Decision:** Instrumental and Expressive Aspects. *The Journal of Politics*, v. 38, n. 2, p. 492-523, mai./1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2129541>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FIORINA, Morris P.. **Economic Retrospective Voting in American National Elections:** A Micro-Analysis. *The Journal of Politics, Local*, v. 22, n. 2, p. 426-443, mai./1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2129541>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FUKS, Mario; RIBEIRO, G. A. C. E. E. A. **Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático:** evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 28, p. 7-32, abr./2019.

FACKLER, Tim; LIN, Tse-min. **Political Corruption and Presidential Elections, 1929-1992.** *The Journal of Politics*, Campinas, v. 57, n. 4, p. 971-993, nov./1995.

GIMENES, Éder Rodrigo. **Comportamento eleitoral e partidarismo na América Latina:** estudo exploratório sobre bases individuais. jul./2017. Disponível em: <http://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/files/2016/08/Gimenes-ALACIP-2017.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

KOSTADINOVA, Tatiana. **Corruption and Political Participation:** Testing Models of Voting and Protesting. Miami, Disponível em: https://www.ceu.edu/sites/default/files/attachment/event/8383/tkostadinovapolitical-participation-and-corruption_0.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

LAGOS, Marta. **A Máscara Sorridente da América Latina.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-16, abr./2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000100001. Acesso em: 13 nov. 2019.

VEIGA, Luciana Fernandes; ROSS, Steven Dutt. **Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 524-549, dez./2016.

MENEGUELLO, Rachel. **O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros:** Aspectos da relação entre corrupção e democracia., Campinas, p. 1-14, Disponível em: [O_lugar_da_corrupção_no_mapa_de_referencias_dos_brasileiros_aspectos_da_relação_rentre_corrupção_e_democracia](#). Acesso em: 13 nov. 2019.

MOURA, Maurício; CORBELLINE, Juliano; **A Eleição Disruptiva:** Porque Bolsonaro venceu. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 13-137.

NADEAU, R. et al. **Economic Accountability in Low-Income Democracies:** The Latin American Voter. *Political Science Journal*, Montreal, v. 35, n. 03, p. 463-488, dez./2005. *Review*, 15: 351-357.

- PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. **O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez./2016.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, mai./1995.
- SAMUELS, David. **As Bases do Petismo**. *Revista de Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 221-241, out./2004.
- SINGER, Mathew M. 2013. **“Economic Voting in an Era of (Non)Crisis: Economic Voting in Latin America 1982-2010”**. *Comparative Politics*, 45: 169-185.
- SOUZA, Bruno Mello; MARTINS, J. M. L. **PT x PSDB: A ATUALIZAÇÃO DO EMBATE POLÍTICO NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 201.**, *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n. 1, p. 26-47, 2015
- SOUZA, Bruno Mello. **Polarização e democracia no Brasil: as opiniões dos eleitores de PT e PSDB (2002-2010)**. *Seminário Internacional de Ciência Política*, Porto Alegre, p. 1-14, set./2015. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3S6IwNQ_MDA_45453_. Acesso em: 2 mai. 2019.
- PEREIRA, Frederico Batista. **Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002**. *Revista de Sociologia e Política*., Local, v. 22, n. 50, p. 149-174, jun./2014.
- RATTO, María Celeste. **¿La economía importa? Explorando las pautas de comportamiento electoral en los países latinoamericanos, 2000**. *Revista Ciencias Jurídicas e Sociales*, Local, v. 22, n. 4, p. 1-41, out./2007.
- RATTO, María Celeste. 2013. **“Accountability y voto económico en América Latina: Un estudio de las pautas de comportamiento electoral entre 1996 y 2004”**. *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*. Maio. Volumen 3.
- REMMER, Karen L. 2003. **“Elections and Economics in Contemporary Latin America”**. En Carol Wise y Riordan Roett (eds.), *Post-Reform Politics in Latin America: Competition, Transition, Collapse*. Washington D.C.: Brookings Institution, 31-55.
- RENNÓ, Lucio R.. **Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006**. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282, nov./2007.
- RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. **Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, dez./2016.
- RIVERA, Paulo Barrera. **Religião e política no Peru pós-Fujimori**. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre , v. 6, n. 2, p. 55-75, dez./2005.
- VEIGA, L. F. *et al.* **El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad en América Latina y el Caribe**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 2, p.

289-315, dez./2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1807_01912017232289. Acesso em: 13 nov. 2019.

VILANOVA, F. *et al.* **Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism**. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1299-1316, set./2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2018000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2019.

TELLES, Helcimara. **A Direita Vai às Ruas: o antipetismo**, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno. *Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 19, p. 97-215, fev./2016.

TROTTIER, Daniel; FUCHS, Christian; **Social Media, Politics and the State: Protests, Revolutions, Riots. Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter e YouTube**. 1. ed. Nova York: Taylor & Francis, 2015. p. 3-38.

TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro; **El Votante Latinoamericano: Comportamiento electoral y comunicación política**. 1. ed. Belo Horizont.: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, 2015. p. 156-192.

WALTER, A. V. N. P; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Ativismo Religioso e Ativismo Político: O Papel das Instituições Religiosas no Comportamento Político dos Brasileiros e Latino-Americanos**. *Porto Alegre*, v. 6, n. 2, p. 1-20, dez./2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/WALTER-Alice-e-RIBEIRO-Ednaldo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

WETLAND, Kurt. **Limitations of Rational-Choice: Institutionalism for the Study of Latin American Politics**. *Studies in Comparative International Development*, Austin, v. 37, n. 01, p. 57-85, dez./2005. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02686338>. Acesso em: 13 nov. 2018.

II. APÊNDICE A - Redação das variáveis explicativas no questionário do ESEB

D1a. Qual é a sua idade?

1() 16 e 17 anos

2() 18 a 24 anos 5() 45 a 54 anos

3() 25 a 34 anos 6() 55 a 64 anos

4() 35 a 44 anos 7() 65 anos ou mais

D02.Sexo 1() Masculino 2() Feminino

D3. Escolaridade: Até que série o(a) sr(a) estudou e concluiu?

- 01() Analfabeto/ Nunca frequentou escola
- 02() Primário incompleto (até 3ª série ou 4º ano do ensino fundamental)
- 03() Primário completo (4ª.série ou 5º ano do ensino fundamental)
- 04() Ginásio incompleto (até 7ª série ou 8º ano do ensino fundamental)
- 05() Ginásio completo (8ª série ou 9º ano do ensino fundamental)
- 06() Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)
- 07() Colegial completo (3ª série do ensino médio)
- 08() Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)
- 09() Ensino universitário completo
- 10() Pós-graduação ou mais

D12a. O IBGE - Instituto que faz os Censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça? (RU)

- 1 () Preto
- 2 () Pardo
- 3 () Branco
- 4 () Amarelo
- 5 () Índio

Q11. O(A) sr(a) considera que a situação econômica atual do país está muito melhor, um pouco melhor, está igual, um pouco pior ou muito pior que nos últimos doze meses?

- 1 – Muito melhor
- 2 – Um pouco melhor
- 3 – Igual
- 4 – Um pouco pior
- 5 – Muito pior
- 7. Não respondeu
- 8. Não sabe

Q15 (CARTELA 3) Agora gostaria de saber com mais detalhes o que O(A) SR(A) pensa SOBRE alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto O(A) SR(A) gosta do partido que eu vou mencionar, sendo que zero significa que O(A) SR(A) NÃO gosta do partido de jeito nenhum e dez que O(A) SR(A) gosta muito.

D11. Sem considerar batizados e casamentos, com que frequência o(a) sr(a) vai à missa ou culto religioso?

- 01 () Mais de uma vez por semana
- 02 () Uma vez por semana
- 03 () Uma ou duas vezes por mês
- 04 () Algumas vezes por ano
- 05 () Raramente
- 06 () Nunca vai à missa ou culto religioso

D10. Por favor me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre nesta lista, você pode me falar diretamente qual religião é a sua.

05 () Evangélica

- 01 () Assembléia de Deus
- 02 () Batista
- 03 () Bola de Neve
- 04 () Brasil para Cristo
- 05 () Comunidade Cristã
- 06 () Congregacional Cristã do Brasil
- 07 () Deus é Amor
- 08 () Evangelho Quadrangular
- 09 () Igreja de Cristo
- 10 () Igreja Internacional da Graça
- 11 () Igreja Mundial do Poder de Deus
- 12 () Luterana
- 13 () Metodista

- 14 () Pentecostal
- 15 () Presbiteriana
- 16 () Protestante
- 17 () Renascer em Cristo
- 18 () Sara Nossa Terra
- 19 () Universal do Reino de Deus

Q04. Vou ler mais algumas frases e gostaria que para cada uma delas o(a) sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, nem concorda, nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito.

Q04. e) Ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas.

Q05. Agora, pensando sobre as minorias no Brasil, vou ler mais algumas frases e gostaria que para cada uma delas o(a) sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, nem concorda, nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito.

Q05a)As minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do Brasil

P08. Algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia.

Qual destas afirmações é mais parecida com sua forma de pensar? (RU)

- 1 () A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo
- 2 () Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia

P20. Na sua opinião, a Operação Lava-Jato combate ou não combate a corrupção?

- 1 – Combate a corrupção
- 2 – Não combate a corrupção

Q12P1-b. (DISCO 1) Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no primeiro turno?

- 01 Alvaro Dias
- 02 Cabo Daciolo
- 03 Ciro Gomes
- 04 Eymael
- 05 Fernando Haddad
- 06 Geraldo Alckmin
- 07 Guilherme Boulos
- 08 Henrique Meirelles
- 09 Jair Bolsonaro
- 10 João Amoêdo
- 12 Marina Silva
- 13 Vera
- 14 João Goulart Filho

Q12P2-b. Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no SEGUNDO turno

- 01 Fernando Haddad (PT)
- 02 Jair Bolsonaro (PSL)
- 50 - Anulou o voto (NÃO LER)
- 60 - Votou em branco (NÃO LER)

III. APÊNDICE B - Tabela 3

	Bolsonaro (PSL) - 1º turno	Bolsonaro (PSL) - 2º turno
Antipetismo	44,7*** (0,032)	56,2*** (0,038)
Apoio à Lava-Jato	34 (0,221)	73,5*** (0,312)
Apego à um líder político forte	9,3* (0,047)	13,6** (0,058)
Apoio à ditadura	135,1*** (0,471)	181,6 *** (0,702)
Anti-minorias	12,3** (0,049)	5,4 (0,055)
Assiduidade em cultos religiosos	14,3 (0,171)	53,7** (0,267)
Evangélico	92*** (0,318)	86,6*** (0,359)
Outras/não tem	-15,4 (0,173)	-17,5 (0,198)
Avaliação da economia (melhor-pior)	-24,1 (0,112)	-40,7*** (0,104)
Direita	109,2*** (0,316)	135,3*** (0,429)
Esquerda	-61,1*** (0,389)	-70,7*** (0,072)
Escolaridade	-2,3 (0,035)	4 (0,044)
Sexo masculino	63,2*** (0,237)	42,6*** (0,118)
25 à 34 anos	31,4 (0,294)	69,8 (0,435)
35 à 44 anos	-2,4 (0,224)	47,2 (0,390)
45 à 54 anos	11,9 (0,265)	103 (0,566)
55 à 64 anos	26 (0,346)	89,6 (0,598)
65 anos ou mais	3,9 (0,333)	39,1 (0,501)
Cor branca	3,9	31,9

	(0,161)	(0,242)
Constant	-97,3*** (0,006)	-97,7*** (0,005)
R ² Nagelkerke	0.520	0.637
Chi-square	703.73	879.56
Log likelihood	-635.38945	-489.37822

Erro padrão em parênteses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE C - Sintaxe da regressão logística

```

cd "C:\Users\Yury Machado\Downloads\Stata\TCC"
use "BancoFinal.dta", clear
//VOTO TURNO 1 = Q12P1-b. / BOLSONARO = 09
tab Q12P1_B
tab Q12P1_B, nol
recode Q12P1_B (1/8=0) (9=1) (10/14=0) (50/99=.), gen(voto_bolsonaro1)
tab voto_bolsonaro1
label var voto_bolsonaro1 "Bolsonaro (PSL) - 1 turno"
//VOTO TURNO 2 = Q12P2-b. / BOLSONARO = 02
tab Q12P2_B
tab Q12P2_B, nol
recode Q12P2_B (2=1) (1=0) (50/99=.), gen(voto_bolsonaro2)
tab voto_bolsonaro2
label var voto_bolsonaro2 "Bolsonaro (PSL) - 2 turno"
//ECONOMIA = Q11
// Criação da variável Avaliação da Economia (pior-melhor), na qual é atribuída as avaliações
// negativas (pior =4 e muito pior = 5) o valor 1 para os fins do modelo logístico
tab Q11
tab Q11, nol

```

```

recode Q11 (1/3=0) (4/5=1) (7/8=.), gen(votoeconomico)
label var votoeconomico "Avaliação negativa da economia"

//ANTIPETISMO

//Q15 = gosta ou não partidos
// Criação da variável Antipestimo. A fim de adequar os valores ao que se interessa
// observar (o quanto o indivíduo não gosta do PT), é invertido os valores por meio do
comando recode.

tab Q1501, nol
recode Q1501 (0=10) (1=9) (2=8) (3=7) (4=6) (5=5) (6=4) (7=3) (8=2) (9=1) (10=0)
(96/98=.), gen(simpatiaPT)
label var simpatiaPT "Antipetismo"

//Q.18. = pessoal esquerda/direita
// Cagotegorização de pessoas que se indentificam com esquerda ou direita numa escala de 0
(sentido da esquerda)
// a 10 (sentido da direita),na qual esquerda vai de 0 a 3, centro de 4 a 6 e direita de 7 a 10.
recode Q18 (0/3=1) (4/98=0), gen(Esquerda)
label var Esquerda "Esquerda"
recode Q18 (0/6=0) (7/10=1) (95/98=0), gen(Direita)
label var Direita "Direita"

//CORRUPÇÃO

//Acredita ou não que a lava jato combate a corrupção = P20
// Aqui cria-se a variável Apoio a LavaJato, na qual a confiança na operação é descrita como 1
e o caso negativo como 0
tab P20, nol
recode P20 (1=1) (2=0) (8/9=.), gen(apoiolavajato)
label var apoiolavajato "Apoio à Lava-Jato"

//RELIGIÃO

//D11. = frequência vai à missa ou culto religioso?
// Aqui cria-se a variável Ativo, na qual os indivíduos que vão uma ou mais vezes ao culto por
semana são classificados como ativos (1)
recode D11 (1/2=1) (3/6=0) (98/99=.), gen(freqrelig)
label var freqrelig "Assiduidade em cultos religiosos"

```

//D10. = qual religião é a sua == 05 () Evangélica

*Evangélico

//As variáveis evangelico e outros são definidas da seguinte forma: evangelicos = 1, restante = 0 e outros = todas =1 e evangélicos = 0

recode D10 (1/4=0) (5=1) (7/97=0) (98/99=.), gen(evangelico)

label var evangelico "Evangélico"

*Outros/não tem

recode D10 (1/2=1) (3=0) (4=1) (5=0) (7/97=1) (98/99=.), gen(outros)

label var outros "Outros/não tem"

//AUTORITARISMO

// Nas questões Q405 e Q501 os valores também são invertidos de modo, quanto maior o valor atribuído a variável maiores as chances de voto em Bolsonaro

//Q04. = concorda = Q04. e) Ter um líder forte no governo

tab Q405, nol

recode Q405 (1/2=1) (3/5=0)(7/8=.), gen(liderforte)

label var liderforte "Apego a um líder político forte"

//Q05. = Concorda = Q05a)As minorias deveriam se adaptar +

tab Q501, nol

recode Q501 (1/2=1) (3/5=0)(7/8=.) (7/8=.), gen(minoriaadaptar)

label var minoriaadaptar "Anti-minorias"

//P08. = apoio democracia / 1 = sim / 2 = não

// Aqui o apoio a regimes autoritários é tabulado com 1, e o restante como 0 (excto missing)

tab P8

recode P8 (1=0) (2=1) (3=0) (8/9=.), gen(apoiodemocracia)

label var apoiodemocracia "Apoio à ditadura"

tab apoiodemocracia

//Demográficas

// FAIXA

recode FAIXA (1/2=1)(3/7=0), gen(faixa1)

label var faixa1 "16 à 24 anos"

recode FAIXA (1/2=0)(3=1) (4/7=0), gen(faixa2)

```

label var faixa2 "25 à 34 anos"
recode FAIXA (1/3=0)(4=1) (5/7=0), gen(faixa3)
label var faixa3 "35 à 44 anos"
recode FAIXA (1/4=0)(5=1) (6/7=0), gen(faixa4)
label var faixa4 "45 à 54 anos"
recode FAIXA (1/5=0)(6=1) (7=0), gen(faixa5)
label var faixa5 "55 à 64 anos"
recode FAIXA (1/6=0)(7=1), gen(faixa6)
label var faixa6 "65 anos ou mais"
//D02 = Sexo 1 ( ) Masculino 2 ( ) Feminino
// Os valores de D2 foram recodificados para os valores 1 (homens) e 0 (mulheres)
recode D2 (1=1) (2=0),gen (genero)
label var genero "Sexo masculino"
//D3 = Escolaridade
tab D3, nol
label var D3 "Escolaridade"
//D12a = cor/raça
tab D12A, nol
recode D12A (1/2=0) (3=1) (4/5=0) (8/9=.), gen(raca)
tab raca
label var raca "Cor branca"
//Estatística Descritiva
sum voto_bolsonaro1 d3 genero idade raca apoiolavajato freqreelig evangelico outros liderforte
simpatiaPT Direita Esquerda
sum voto_bolsonaro2 D3 genero idade raca apoiolavajato freqreelig evangelico outros
liderforte simpatiaPT Direita Esquerda
//Modelo Logístico Primeiro Turno
logistic voto_bolsonaro1 simpatiaPT apoiolavajato liderforte apoiodemocracia minoriaadaptar
freqreelig evangelico outros votoeconomico Direita Esquerda D3 genero faixa2 faixa3 faixa4
faixa5 faixa6 raca
estimate store Primeiro_Turno
coefplot Primeiro_Turno, drop(_cons) xline(0)

```

```
//Modelo Logístico Segundo Turno
logistic voto_bolsonaro2 simpatiaPT apoiolavajato liderforte apoiodemocracia minoriaadaptar
freqrelig evangelico outros votoeconomico Direita Esquerda D3 genero faixa2 faixa3 faixa4
faixa5 faixa6 raca
estimate store Segundo_Turno
coefplot Segundo_Turno, drop(_cons) xline(0)
//Exportação dos resultados em logit via rtf em forma de tabela
esttab Primeiro_Turno Segundo_Turno using tabelaFinal.rtf, b se stats(N r2_a aic) b(%7.4f)
wide label replace
```